



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**TACIANA INES NUNES DE LUCENA**

**DESENVOLVIMENTO E VIOLÊNCIA NO INTERIOR DA PARAÍBA:  
ANÁLISE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E AUMENTO DA  
CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2020**

**TACIANA INÊS NUNES DE LUCENA**

**DESENVOLVIMENTO E VIOLÊNCIA NO INTERIOR DA PARAÍBA:  
ANÁLISE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E AUMENTO DA  
CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Regional.

**Orientador:** Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa

**Linha de Pesquisa:** Estado, Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L935d Lucena, Taciana Inês Nunes de.

Desenvolvimento e violência no interior da Paraíba [manuscrito] : análise do crescimento econômico e aumento da criminalidade no município de Conceição / Taciana Inês Nunes de Lucena. - 2020.

83 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa , 2020.

"Orientação : Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa , Departamento de Ciências Sociais - CEDUC."

1. Interior da Paraíba. 2. Desenvolvimento. 3. Violência . I. Título

21. ed. CDD 364.152

TACIANA INÊS NUNES DE LUCENA

**DESENVOLVIMENTO E VIOLÊNCIA NO INTERIOR DA PARAÍBA: ANÁLISE DO  
CRESCIMENTO ECONÔMICO E AUMENTO DA CRIMINALIDADE NO  
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO**

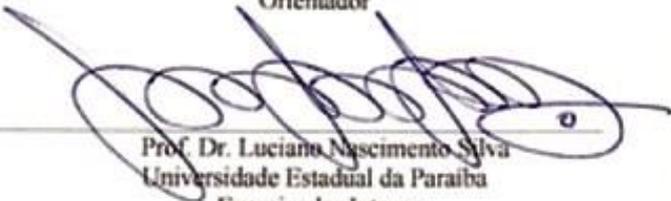
Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da  
Paraíba-UEPB, em cumprimento dos requisitos necessários  
para obtenção do Grau de Mestre.

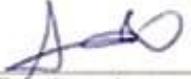
Orientador: Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa

Aprovada em: 06/03/2020

COMISSÃO EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa  
Universidade Estadual da Paraíba  
Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Luciano Nascimento Silva  
Universidade Estadual da Paraíba  
Examinador Interno

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Anne Augusta Alencar Leite  
Universidade Federal da Paraíba  
Examinador Externo

CAMPINA GRANDE-PB  
Março, 2020

Dedico esta pesquisa com todo o meu amor a minha filha Ana Francisca, pela força que me concedeu quando estava nesse plano territorial, e pela coragem de seguir que transmitiu ao meu coração, após ter batido asas e voado ao encontro do Pai Celestial. A você, meu anjo, esta dedicatória!

## **AGRADECIMENTOS**

### **Ao Senhor Jesus Cristo,**

Antes de tudo, agradeço pela bênção de oportunizar a conclusão deste estudo, diante de todas as adversidades que a vida me impôs durante esse percurso.

### **Aos meus amados pais, Pedro e Joana,**

Os quais nunca temeram nenhum obstáculo para estarem ao meu lado, e para facilitar todos os caminhos que me trouxeram até aqui.

### **Ao meu dedicado esposo Samuel,**

Também não poderia faltar o meu agradecimento especial e cheio de amor, por toda cooperação e palavras de ânimo que me destinou, quando mais necessitei.

### **Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional,**

Por fim, e não menos importante, por todo crescimento intelectual que me concedeu.

### **Ao meu orientador, professor Luciano Albino,**

Por todos os ensinamentos compartilhados.

“Porque no centro de minhas reflexões estavam problemas reais, a pesquisa econômica foi sempre para mim um meio de preparar a ação. Compreender melhor o mundo para agir sobre ele, e ter os fins últimos sempre presentes no espírito.”

(Celso Furtado)

## RESUMO

A presente pesquisa propõe o estudo de dois fenômenos sociais, o desenvolvimento e a violência ou o aumento da criminalidade no interior da Paraíba, analisando as transformações advindas de tais fenômenos ou variáveis sociais, dentro de um mesmo espaço territorial, investigando, portanto, as peculiaridades oriundas destas modificações. Pretendemos, assim, analisar econômica, social e criminalmente o interior paraibano, mais especificamente o município de Conceição, buscando respostas para os desdobramentos impostos por uma nova conjuntura social e econômica que se apresenta. Utilizamos para isso, o método de abordagem indutivo, partindo de observações para só, posteriormente, formularmos nossas hipóteses. Empregaremos ainda, como meios técnicos de investigação, os métodos de procedimento observacional e estatístico. Esta investigação trata-se, inicialmente, de uma revisão bibliográfica, a qual iremos analisar teóricos e estudiosos do Desenvolvimento regional, assim como de outras áreas afins, pertinentes a temática aqui abordada, além de documentos jurídicos como, por exemplo, estatísticas levantadas por órgãos oficiais da Justiça de primeira instância. Em um segundo momento, utilizaremos a pesquisa de campo, por meio de entrevistas estruturadas aplicadas à população do município, que apresentem maiores incidências de criminalidade, de acordo com as observações obtidas. Realizaremos ainda, levantamentos na Comarca local, do número de processos que ali tramitam, como também, dos dados relativos aos inquéritos policiais em andamento. Objetivamos, portanto, analisar as modificações apresentadas em uma sociedade, advindas da chegada do desenvolvimento, econômico e humano, e do aumento da criminalidade, examinando as singularidades de um novo cenário de interior que vem se estabelecendo nos últimos anos. Logo, o tema de pesquisa, aqui sugerido, merece atenção por tratar-se de assunto relevante para as discussões do desenvolvimento regional, uma vez que este se preocupa com as temáticas que envolvem o social, que afetam direta e indiretamente a população, o social.

**Palavras-chave:** Interior; Desenvolvimento; Violência.

## ABSTRACT

The present research proposes the study of two social phenomena, the development and the violence or the increase of the criminality in the interior of Paraíba, analyzing the transformations arising from such phenomena or social variables, within the same territorial space, investigating, therefore, the peculiarities arising from these changes. Thus, we intend to analyze economically, socially and criminally the interior of Paraíba, more specifically the municipality of Conceição, looking for answers to the developments imposed by a new social and economic conjuncture that presents itself. For this, we use the inductive approach method, starting from observations so that, later on, we can formulate our hypotheses. We will also use, as technical means of investigation, the methods of observational and statistical procedures. This investigation is, initially, a bibliographic review, which we will analyze theoreticians and scholars of the regional Development, as well as of other related areas, pertinent to the thematic here addressed, besides legal documents as, for example, statistics collected by organs court officials of first instance. In a second step, we will use the field research, through structured interviews applied to the population of the municipality, which present greater incidences of criminality, according to the observations obtained. We will also carry out surveys in the local District, of the number of cases being processed there, as well as of the data related to police investigations in progress. We aim, therefore, to analyze the changes presented in a society, arising from the arrival of economic and human development, and from the increase in crime, examining the singularities of a new interior scenario that has been establishing itself in recent years. Therefore, the research theme, suggested here, deserves attention because it is a relevant issue for the discussions of regional development, since it is concerned with the themes that involve the social, which directly and indirectly affect the population, the social.

**Keywords:** Indoors; Development; Violence.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01:</b> Localização do município de Conceição no estado da Paraíba .....	36
<b>Figura 02:</b> PIB brasileiro anual .....	44
<b>Figura 03:</b> Atlas da violência de 2018 .....	47
<b>Figura 04:</b> Taxas de homicídio por arma de fogo (por 100 mil) nas unidades federais do Brasil 2014 .....	50
<b>Figura 05:</b> Taxa de homicídio no Brasil e regiões (2007-2017) .....	53
<b>Figura 06:</b> Proporção de estudantes de 15 a 17 anos de idade com distorção idade- série, segundo algumas características selecionadas – Brasil – 2005/2015 ...	55
<b>Figura 07:</b> Número de domicílios particulares, segundo as grandes regiões – 2005/2015 .....	56
<b>Figura 08:</b> IDHM do município de Conceição .....	58

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01:</b> Variação histórica do PIB brasileiro .....	43
<b>Tabela 02:</b> PIB paraibano (em R\$ milhões), taxa de crescimento do PIB e PIB <i>per capita</i> (em R\$) 2002-2011 .....	45
<b>Tabela 03:</b> Paraíba, Nordeste e Brasil: trabalho formal e informal entre 2002 e 2009 .....	46
<b>Tabela 04:</b> Homicídios por arma de fogo no Brasil de 2004 a 2014 .....	49
<b>Tabela 05:</b> Ordenamento das unidades federativas brasileiras pelas taxas de homicídio por arma de fogo (2000 e 2014) .....	51
<b>Tabela 06:</b> Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Conceição – PB .....	59
<b>Tabela 07:</b> Longevidade, mortalidade e fecundidade do município de Conceição – PB.	60
<b>Tabela 08:</b> Vulnerabilidade social do município de Conceição – PB .....	60
<b>Tabela 09:</b> Produto Interno Bruto do estado da Paraíba e de seus municípios .....	62
<b>Tabela 10:</b> PIB per capita e ranking dos municípios paraibanos .....	63
<b>Tabela 11:</b> VA do setor agropecuário dos municípios paraibanos .....	64
<b>Tabela 12:</b> VA do setor industrial dos municípios paraibanos .....	64
<b>Tabela 13:</b> Valor Adicionado do setor serviços dos municípios paraibanos 2010-2013 .	65

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO</b> .....	10
1.1 Contextualização do objeto .....	10
1.2 Justificativa da pesquisa .....	10
1.3 Problema .....	12
1.4 Hipótese .....	12
1.5 Objetivos .....	13
1.5.1 <i>Objetivo geral</i> .....	13
1.5.2 <i>Objetivos específicos</i> .....	13
1.6 Metodologia .....	13
<b>CAPÍTULO II – DISCUSSÃO TEÓRICA</b> .....	15
2.1 Uma abordagem histórica do termo “progresso” .....	15
2.2 Desenvolvimento: análise conceitual .....	18
2.2.1 <i>Desenvolvimento x Crescimento econômico</i> .....	26
2.2.2 <i>Violência e desenvolvimento: algo em comum?</i> .....	29
<b>CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	36
3.1 Justificativa da escolha do recorte .....	36
3.2 Exposição do método .....	40
<b>CAPÍTULO IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	42
4.1 Estatísticas econômicas brasileiras .....	42
4.2 Estatísticas econômicas do estado da Paraíba .....	44
4.3 Alguns dados sobre a violência .....	46
4.4 Alterações dos indicadores sociais .....	54
4.5 Desenvolvimento regional e o objeto de pesquisa .....	57
4.6 Quadro social e econômico do município de Conceição .....	57
4.7 Dados colhidos no locus da pesquisa .....	66
4.8 Análise dos dados apurados .....	71
<b>CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	76
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	80

## **CAPÍTULO I**

### **INTRODUÇÃO**

#### **Contextualização do objeto**

A pesquisa trata da análise do crescimento econômico e da violência no interior da Paraíba. Nossa incumbência é examinar as alterações e transformações ocorridas com as variáveis desenvolvimento e criminalidade dentro de um mesmo espaço geográfico, observando e analisando as modificações, e se tais fatos implicam de algum modo no meio social ou na vida das pessoas.

A presente análise sugere como recorte, portanto, o exame dos dados sociais, como por exemplo, os indicadores sociais do município, os dados econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), a renda per capita, os valores adicionados aos setores da economia, e por fim, um levantamento dos processos judiciais existentes e em tramitação, como também dos inquéritos policiais.

Assim, procuramos estudar as características que o desenvolvimento e a criminalidade assumem na realidade de uma cidade de interior, analisando suas peculiaridades e singularidades, desbravando um cenário diferente do antes apresentado. Logo, pretendemos analisar um município que possuía características diversas das apresentadas nos dias atuais, em especial, são alterações referentes ao desenvolvimento e à criminalidade. Desse modo, investigamos essa nova conjuntura apontada e os desafios propostos por ela.

Dessa forma, é evidente a importância da pesquisa na contemporaneidade, uma vez que, analisa temas fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade, me refiro aqui tanto ao econômico, como ao humano, se mostrando como temas de mais alta relevância, pois tratam de interesses gerais, os quais interferem diretamente na vida da população, e que são, sem dúvida, pertinentes e significativos para o desenvolvimento regional.

#### **Justificativa da pesquisa**

O presente estudo se justifica pelo fato de que propõe uma análise acerca de fenômenos complexos, que são, o desenvolvimento e a violência, temas de extrema importância. Tais fenômenos requerem atenção, uma vez que, transformam e alteram uma sociedade de forma rápida e profunda, modificando o modo de vida da população, acarretando, por sua vez, situações adversas ao que se tinha antes.

Diante dessa nova realidade inaugurada é que se fundamenta nossa pesquisa, pois além de abordarmos temas relevantes, como o desenvolvimento e a violência, iremos utilizar um recorte original, uma vez que, analisaremos o desenvolvimento e a violência sob um olhar particular, onde iremos observar as alterações sociais provocadas por eles, e suas possíveis implicações.

Desse modo, a pesquisa analisará um cenário social, provavelmente, modificado pelas variáveis desenvolvimento e violência, examinando dados empíricos relativos a essas variáveis em âmbito local. Portanto, o município escolhido para desenvolvermos o atual estudo foi Conceição, localizado no interior do estado da Paraíba. Sua escolha justifica-se pelo fato de este ser um município caracterizado por sua tranquilidade, com baixos registros de violência, baixa criminalidade, fato que vem mudando nos últimos anos.

Logo, essas modificações fizeram-nos refletir e pensar sobre o assunto, buscando entender o que vem ocorrendo naquele município, procurando respostas para uma nova conjuntura socioeconômica estabelecida. Se por um lado o desenvolvimento proporciona aspectos positivos como, por exemplo, a melhoria dos indicadores sociais, por outro, possivelmente, pode revelar um perfil violento, caracterizado por realidades opostas. Assim, analisar esses fenômenos dentro de uma determinada sociedade mostra-se necessário, pois nos garante uma visão fiel do que ocorre naquele espaço delimitado.

Assim, a nossa proposta é analisar as transformações ocorridas em um espaço caracterizado até certo momento pela sua tranquilidade e sentimento de segurança, típicos de cidades do interior, onde durante seu crescimento, são alvos dos efeitos provocados principalmente pelo aumento da criminalidade e pelo crescimento econômico, até então não conhecidos.

Desse modo, nossa análise justifica-se pela própria importância dos temas, pois tanto o desenvolvimento ou crescimento econômico quanto a violência, apresentam-se como temáticas fundamentais no referente aos estudos sociais, não fugindo, portanto, ao âmbito do desenvolvimento regional, pois a este interessa todos os temas e assuntos que envolvem o social, o humano.

Dessa forma, o desenvolvimento regional não poderia furtar-se de temas como o crescimento econômico e a violência, por tratarem-se e estarem inseridos no seio social, estando em constante mutação, justificando sua pertinência e importância. Nossa pesquisa mostra-se relevante ainda, pois não existem estudos que retratem de modo específico realidades locais sob a perspectiva por nós abordada, demonstrando assim a importância do atual trabalho, não havendo, segundo nosso conhecimento, pesquisas apresentando análises sobre o cenário

socioeconômico e criminal do município de Conceição, fato este que nos motiva ainda mais a tentar entender as novas situações e conjunturas apresentadas.

### **Problema**

Estudar as transformações sociais como, por exemplo, os fenômenos do desenvolvimento e do aumento da criminalidade são tarefas complexas, que nos apontam diversas inquietações. Nesse sentido, a presente pesquisa ao realizar uma análise sobre o desenvolvimento e o aumento da criminalidade, ou seja, a violência em um mesmo espaço territorial, depara-se com o seguinte problema: É possível em um mesmo espaço geográfico ocorrer simultaneamente uma evolução ou desenvolvimento econômico e social, juntamente com o aumento da criminalidade local?

Assim, partindo dessa premissa, ou seja, de uma realidade de melhorias e ganhos socioeconômicos, o que se refletem no conceito de desenvolvimento, e de aumento considerável da criminalidade, a atual investigação se funda, uma vez que, por um lado temos o desenvolvimento propiciando aspectos positivos, sejam eles econômicos ou sociais, por outro observamos um cenário de crescente criminalidade.

Logo, nos vemos diante de uma problematização que seria a incompreensão de dois universos, a princípio distintos, a saber, o desenvolvimento e o aumento da criminalidade, onde nos perguntamos como um sobrevive no mesmo plano ou contexto do outro, ou melhor, como podem coexistir em um mesmo espaço. Diante dessas inquietações se baseará nossa pesquisa, onde iremos analisar as transformações atravessadas por um específico município, investigando as variáveis desenvolvimento e violência dentro daquela sociedade, examinando no fim, se os fenômenos analisados aqui conseguem coexistir em um mesmo plano, de forma simultânea, pois a princípio são fenômenos indissociáveis.

### **Hipótese**

A hipótese presumida ou levantada é que o fenômeno do desenvolvimento possui uma influência direta com o aumento da criminalidade do município de Conceição, pois a partir da melhoria econômica local os níveis de criminalidade elevaram-se.

## **Objetivos**

### ***Objetivo geral***

Analisar as transformações provocadas pelos fenômenos desenvolvimento e violência no interior da Paraíba, no município de Conceição, localidade caracterizada por sua tranquilidade, característica essa modificada pelo aumento da criminalidade, ocorrido desde a melhoria econômica.

### ***Objetivos específicos***

Integram os objetivos específicos desta pesquisa:

- a) Construir um posicionamento baseado em dados empíricos revelados pelas entrevistas à população e levantamentos dos processos ajuizados no Poder Judiciário local;
- b) Delinear hipóteses e respostas para o tema investigado na pesquisa;
- c) Investigar o número de processos judiciais relativos aos crimes patrimoniais e os contra a vida;
- d) Traçar um panorama geral acerca do problema de pesquisa, através dos dados colhidos sobre o atual contexto do município de Conceição.

## **Metodologia**

Desse modo, elegemos o município de Conceição, conhecido por sua tranquilidade de interior, localizado na microrregião do Vale do Piancó, estado da Paraíba, para desenvolvermos nossos estudos, uma vez que, este revelou um considerável aumento da criminalidade nos últimos anos, ao passo que também mostrou uma melhoria dos indicadores sociais e econômicos, apresentando um cenário positivo no que se refere ao âmbito socioeconômico, e negativo no que concerne ao aumento da criminalidade ou sensação de insegurança.

Portanto, empregaremos no presente estudo, primeiramente, a revisão bibliográfica, onde utilizaremos como fontes de pesquisa iniciais dados disponíveis, por exemplo, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de outras fontes, como, documentos anuais ou relatórios, como o Mapa da Violência, o Atlas da Violência, além de outros documentos que vierem a contribuir com nossa pesquisa. Logo, pretendemos apresentar dados

que possam auxiliar na construção de um posicionamento sobre as modificações socioeconômicas sentidas dentro do município.

Desse modo, análises sobre as definições de progresso, desenvolvimento, crescimento econômico e violência, se fazem necessárias à abordagem da nossa investigação, pois irão apoiar e fundamentar as ideias levantadas posteriormente. Em um segundo momento utilizaremos a pesquisa de campo, onde iremos aplicar entrevistas estruturadas nas áreas do município que apresentem maior incidência de criminalidade, de acordo com as observações obtidas. Buscaremos, assim, investigar dados reveladores da realidade fiel dos números referentes à economia do município, assim como dos indicadores sociais e judiciais, procurando com isso entender o novo cenário estabelecido no município de Conceição.

Nossa pesquisa foi dividida em cinco capítulos, onde no capítulo inicial destinamos aos comentários introdutórios desta pesquisa, onde apresentamos nossas considerações preliminares sobre, por exemplo, objetivos, justificativas e problematizações. Logo em seguida, realizamos uma discussão teórica a respeito do tema aqui proposto, que consiste no segundo capítulo, fazendo uma releitura doutrinária de aspectos importantes relativos à temática do progresso, desenvolvimento, crescimento econômico e violência.

Ao terceiro capítulo reservamos os aspectos procedimentais e metodológicos, exibindo os motivos da escolha do recorte e descrevendo os métodos utilizados na pesquisa. No quarto capítulo expomos os resultados obtidos com esta pesquisa, relatando números e estatísticas socioeconômicas e sobre a violência, nos níveis nacional, estadual, até chegarmos especificamente no locus da pesquisa, apresentando, portanto, dados locais a respeito do desenvolvimento e da violência no município de Conceição.

Deixamos, por fim, no quinto capítulo nossas impressões sobre a pesquisa, o que foi assimilado, nos arriscando a sugerir hipóteses sobre a investigação. Assim, buscamos ao desenvolver a presente pesquisa, analisar as transformações oriundas do desenvolvimento e do aumento da criminalidade no interior paraibano, investigando os desdobramentos de tais fenômenos dentro de uma mesma localidade.

## CAPÍTULO II

### DISCUSSÃO TEÓRICA

#### Uma abordagem histórica do termo “progresso”

De início cumpre-se esclarecer que a ideia de progresso apresenta-se desde os primórdios da história da humanidade como algo relativo à felicidade, onde as pessoas esperavam viver de forma mais positiva, mantendo a esperança em dias melhores, como salienta Dupas (2012, p. 32) quando diz que “em termos gerais, *progresso* supõe que a civilização se mova para uma direção entendida como benévola ou que conduza a um maior número de existências felizes”.

Desse modo, a humanidade alimentou e manteve a ideia de progresso, pautando suas vidas na esperança de algo melhor, positivo, visualizando no progresso uma esperança. Assim, o ser humano teria progredido ou avançado ao longo do tempo, guiado pela ideia de progresso, que sugere, por sua vez, a ideia de felicidade, como bem acrescenta Dupas (op. cit., p. 33), quando salienta que “o ser humano, movido por essa ideia, teria avançado desde uma condição nativa de primitivismo, barbarismo e até inutilidade [...] e continuará avançando para um futuro previsível”.

Portanto, a ideia de progresso sempre esteve presente na civilização humana, no entanto, foi a partir do final do século XVII que esteve contida mais fortemente no ideário das pessoas, na fase final do Renascimento Cultural, conforme explica Dupas (2012). Assim, a ideia de progresso passou por vários caminhos e percursos ao longo da história da humanidade, atravessando fases distintas, como podemos perceber nas seguintes linhas de Dupas (op. cit., p. 61):

A ideia de progresso, herdada do século anterior, persistiu pelo menos até o primeiro quarto do século XX; mas foi quase abandonada no período das duas guerras mundiais e, depois, fundida com o Estado-nação, gerando um vetor de forças que levou ao conflito seguinte.

“A utopia do progresso estava sendo construída aos poucos, mas com resistências” (DUPAS, 2012, p. 47). Desse modo, a ideia de progresso foi se espalhando e se alocando nas civilizações posteriores, preservando o ideário de felicidade ligado ao conceito que alimentavam. Portanto, na antiguidade a ideia de progresso significava avanço, aperfeiçoamento, como preceitua Dupas (op. cit., p. 49) “o progresso humano rumaria para o

aperfeiçoamento das condições de vida, no qual a liberdade do indivíduo era fundamental”.

Logo, o termo *progresso* ultrapassou um longo caminho na conjuntura histórica, propondo uma ideia de mito, porque aparece como orientação, como um horizonte a ser buscado, uma narrativa, consistindo, portanto, numa invenção propondo-se à continuidade. Busca, assim, o ideal da felicidade e realização, sempre pensando no futuro e nunca no presente. O progresso apresenta-se, portanto, como um mito, pois “o que realmente existe é apenas um nível de realidade que sustenta sobre um fundamento de probabilidades” (DUPAS, 2012, p. 33), assim, não se tem a certeza de que o avanço vai concretizar-se ou irá chegar, há apenas uma expectativa frente à realidade estabelecida. Existe, então, a possibilidade, como bem destaca o autor.

O progresso, portanto, mostra-se como um mito, pois não podemos ter certeza de que apenas o transcorrer do tempo, o caminho da história da humanidade levará ou chegará ao avanço desejado e almejado, pregado em nome do termo *progresso*, pois “como garantir, pois, linhas de continuidade em direções determinadas se o universo é pleno de surpresas, num mundo descontínuo formado de sobressaltos?” (idem). Furtado (2000, p. 09) informa-nos também que:

As raízes da ideia de progresso podem ser detectadas em três correntes do pensamento europeu que assumem uma visão otimista da história a partir do século XVIII. A primeira delas se filia ao Iluminismo, que concebe a história como uma marcha progressiva para o racional. A segunda brota da ideia de acumulação da riqueza, na qual está implícita a opção de um futuro que encerra uma promessa de melhor bem estar. A terceira, enfim, surge com a concepção de que a expansão geográfica da influência europeia significa para os demais povos da Terra, implicitamente considerados “retardados”, o acesso a uma forma superior de civilização.

O progresso, portanto, assume durante o processo histórico da humanidade diversos entendimentos e formatos, passando pelos mais variados ideários. Devemos, assim, expor o sentido que tal vocábulo assumiu para os filósofos iluministas, como encaravam esse sentimento de progresso, e como para eles ocorria esse processo de avanço, por assim dizer. Segundo Bresser-Pereira (2014, p. 36) “para os filósofos iluministas, a chave do progresso era o avanço da razão e da ciência; a busca dos fundamentos racionais da moralidade, em lugar de fundamentos tradicionais ou religiosos; é o progresso da ciência e da sociedade.”

Desta forma, para eles o progresso baseava-se no ir mais longe da ciência, no desenvolvimento da própria razão, na superação dos povos por meio desta razão. Desse modo, observaram que a ideia de progresso fundada na razão era algo possível, algo palpável,

prevalecendo essa ideia de progresso baseada na razão até mesmo em relação às questões religiosas e de tradição da época, como bem demonstra Bresser-Pereira (2014, p. 33 – 34):

Na época do Iluminismo, os filósofos perceberam que o ideal da razão prevalecendo sobre a tradição e a religião era algo que tinha deixado de ser utópico e poderia ser alcançado; no século XIX, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia fortaleceu a ideia de progresso, que Auguste Comte definiu como a regra fundamental da sociedade. Os liberais o entenderam como a realização da liberdade individual, ao passo que os intelectuais e trabalhadores socialistas, clamando por progresso ou emancipação, o identificavam com democracia e socialismo.

Esse ideário de progresso baseado na ciência e na razão encontrou posteriormente a esse momento, um período de barreiras e entraves, no início do século XX, em decorrência das guerras mundiais ocorridas e do fenômeno devastador do nazismo, houve, portanto, uma verdadeira reversão a esse pensamento de progresso tendo como fundamento a razão humana, como podemos verificar a seguir, nas palavras de Bresser-Pereira (2014, p. 33-34):

Mas, na primeira parte do século XX, as duas guerras mundiais e o nazismo foram uma regressão em direção à barbárie que desmoralizou a ideia de progresso. Com o fim da guerra e a criação das Nações Unidas, reconheceu-se, porém, que muitos países tinham ficado atrasados em relação a algumas nações industrializadas, e a ideia de desenvolvimento surgiu como substituta ou nova designação para o progresso, agora com forte viés econômico.

Houve, à vista disso, uma transformação no ideário das pessoas no tocante ao progresso. Como a citação acima expressa, ocorreu uma modificação no modo de entender o progresso, existindo uma verdadeira substituição pela ideia de desenvolvimento, sobrevivendo, portanto, uma nova definição. Surgiram, assim, diante desse cenário, incertezas referentes ao progresso, em decorrência dos grandes e negativos acontecimentos mundiais como, por exemplo, as grandes guerras mundiais, o nazismo e o fascismo. Diante desses fatos, alguns intelectuais respeitados colocaram em questão, e até refutaram, a existência do progresso, conforme podemos perceber nessa observação de Bresser-Pereira (2014, p. 41), vejamos:

No século XIX havia poucas dúvidas sobre a realidade do progresso, mas a irracionalidade e a grande regressão representadas pelas duas guerras mundiais, pelo fascismo e pelo nazismo e pelos piores momentos do comunismo levaram intelectuais de renome a duvidarem ou mesmo a negarem que o progresso tivesse ocorrido.

Assim, a ideia de progresso foi sendo questionada, em meio às incertezas e dificuldades que a humanidade foi passando. No entanto, Bresser-Pereira (2014, p. 47) recusa-se posicionar-se contra essa posição, acreditando, portanto, que o progresso não consiste num mito, pois, segundo ele, ele existiu, desse modo, afirma, “estou interessado em rejeitar a ideia de que o progresso é um mito, de que a humanidade não *viveu* qualquer progresso”.

Apresentamos assim, de forma breve o caminho histórico que o termo progresso transcorreu, realizando uma leitura rápida de como a humanidade vem encarando a ideia de progresso, de desenvolvimento ao longo do tempo, uma vez que iremos adentrar, mais estritamente, na discussão do conceito de desenvolvimento, sua importância no meio social contemporâneo, além de sua relação com outros fenômenos sociais, como por exemplo, a violência.

### **Desenvolvimento: análise conceitual**

Após uma breve discussão sobre progresso, passaremos agora a analisar um pouco acerca do termo *desenvolvimento*, apresentando suas variadas formas, de qual modo apresentasse, enfim, as características assumidas ao longo do processo histórico. Desse modo, Bresser-Pereira (2014, p. 33) afirma que “o progresso é uma ideia e uma aspiração do século XVIII; o desenvolvimento, uma ideia e um projeto do século XX que continua no século XXI”.

Portanto, o referido autor demonstra que tanto progresso como desenvolvimento são ideias próximas, correlacionadas no ideário das pessoas, mudando apenas o contexto histórico de cada um, seria uma questão, segundo ele, de nomenclatura, pois o termo *progresso* está inserido no século XVIII, e o *desenvolvimento* no século XX até os dias atuais. Ainda nesse sentido, temos que *progresso* consiste num termo fruto do iluminismo, e o *desenvolvimento* fruto da conjuntura do pós-guerra, sendo os dois vocábulos conceitos modernos, conforme analisa Bresser-Pereira (2014, p. 35), quando diz que o

progresso e desenvolvimento são conceitos modernos, datam da Revolução Capitalista. O progresso é um conceito do Iluminismo do século XVIII, quando a França e a Inglaterra estavam envolvidas em sua Revolução Capitalista; o desenvolvimento, um conceito do pós-Segunda Guerra Mundial.

Assim, nos propomos a examinar o contexto de crescimento econômico e aumento da criminalidade em um mesmo espaço territorial, se fazendo necessário o estudo de alguns conceitos e perspectivas acerca de tais temáticas. Surge então, a necessidade de investigarmos

o termo desenvolvimento, buscando entendê-lo conceitualmente, explorando suas múltiplas e variadas perspectivas.

Desse modo, procuraremos discorrer acerca dos aspectos centrais que rondam o conceito de desenvolvimento, desde sua importância no tangente à economia, como no referente à sociologia do desenvolvimento, traçando um panorama geral acerca do tema. Dessa maneira, o valor ou importância atribuído ao termo desenvolvimento vem sendo estudado ao longo da história, sendo oportuno destacar as teorias do desenvolvimento, ainda que superficialmente.

No que concerne às teorias do desenvolvimento, segundo Enríquez (2010), houve posteriormente ao período da Segunda Guerra Mundial um interesse ou ânimo sobre as teorias explicativas do desenvolvimento, havendo logo em seguida um esquecimento ou desinteresse sobre o tema. Ainda no concernente às teorias do desenvolvimento, conforme a mesma autora, existem diversas classificações, havendo assim várias categorizações a depender do autor pesquisador de tal temática. Também não há uma convergência no referente a uma sistematização das teorias do desenvolvimento, como podemos observar a seguir pelos ensinamentos de Enríquez (op. cit., p. 17):

Convém deixar claro que qualquer tentativa de sistematização relativa às teorias que tratam do tema do desenvolvimento é arbitrária, pois há interseções e elementos comuns entre escolas radicalmente opostas. A divisão realizada objetivou mapear e resgatar um pouco da rica e farta literatura sobre o tema.

Nesse sentido, nosso intuito aqui, nesse momento, é apontar a existência das teorias do desenvolvimento, elencando e destacando conforme a abordagem de Enríquez (2010), indicando com isso a importância referente ao estudo do tema. Segundo a autora, têm-se a Teoria Clássica de Crescimento da Economia Convencional, Teorias de Inspiração Marxista, Teorias Institucionalistas ou Neoinstitucionalistas, e ainda as Propostas de Desenvolvimento Sustentável.

Assim, as discussões referentes ao desenvolvimento vêm ganhando espaço ao longo da história, sendo, portanto, analisadas sob as mais diversas e diferentes perspectivas. Dessa forma iremos indicar ou mencionar nessa pesquisa alguns posicionamentos e conceitos de autores que se propuseram a estudá-lo ao longo do tempo. Partindo da ideia abordada por Rovighi (2002, p. 755), “o conceito é aquele tipo de saber que se identifica plenamente com o real”, desse modo, estudarmos os conceitos inerentes ao termo *desenvolvimento* apresenta-se como tarefa fundamental no tangente à busca pela compreensão do complexo âmbito social. Avançando agora no debate sobre desenvolvimento, Mendes e Teixeira (2004) apontam a atenção ou

importância dada ao tema ao longo da história, por parte dos estudiosos. Temos assim:

O debate sobre desenvolvimento econômico evoluiu de maneira cíclica na teoria e na política econômicas em períodos de maior ou menor interesse, desde estudos seminais de economistas clássicos (tais como Smith, Malthus e Ricardo), que construíram as bases da teoria do crescimento econômico. Recentemente, a discussão sobre desenvolvimento voltou a ter papel importante na literatura teórica graças ao uso de modelos de crescimento sofisticados, que introduzem elementos relativos ao progresso tecnológico e a outras variáveis (educação, capital humano etc.), à existência de retornos crescentes, e à incorporação de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), fatores estes que ampliam as conexões entre crescimento e desenvolvimento econômicos. (MENDES; TEIXEIRA, 2004, p. 07).

Ao prosseguir evidenciamos o que Veiga (2010) aborda sobre desenvolvimento, informando-nos de imediato a existência de três respostas básicas sobre “o que é desenvolvimento?”, que seriam respectivamente, pensar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, tratá-lo como mito, como algo relacionado a uma crença e, por fim, uma terceira resposta situada no “meio do caminho”, como definiu o autor, unindo características dos dois pensamentos mencionados anteriormente.

No tocante ainda aos pensamentos conceituais surgidos a partir do vocábulo desenvolvimento, expomos também a ideia de Furtado (2000, p. 22), quando nos informa que a palavra desenvolvimento sugere, pelo menos, três diferentes definições ou percepções, incluindo aí o aspecto social ou coletivo, assim como o individual, como podemos observar a seguir:

A rigor, a ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação das necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos.

Ao prosseguir com as reflexões sobre desenvolvimento iremos continuar apontando visões e posicionamentos de estudiosos sobre o tema, como o de Fernandes (2008), o qual explica o termo sob o prisma sociológico, escapando do sentido estritamente econômico. Vejamos:

O conceito de desenvolvimento pode ser definido de várias maneiras na Sociologia. Em regra, as duas principais definições são propostas no nível estrutural-funcional e no nível de análise histórico-sociológica. No primeiro sentido, desenvolvimento equivale a diferenciação das formas de integração

da ordem social e pode ser representado, conceitualmente, como “multiplicação das formas de interação numa determinada sociedade”. No segundo sentido, desenvolvimento significa o modo pelo qual os homens transformam socialmente a organização da sociedade e pode ser representado, conceitualmente, como a forma histórica pela qual os homens lutam, socialmente, pelo destino do mundo em que vivem, com os ideais correspondentes de organização da vida humana e de domínio ativo crescente sobre os fatores de desequilíbrio da sociedade de classes. Daí resulta o sentido objetivo, peculiar desse processo, que se apresenta de modo variável, mas universal, como um valor social, tanto no comportamento dos indivíduos quanto nos movimentos sociais. (FERNANDES, 2008, p. 145-146).

Podemos visualizar com a citação apresentada logo acima o caráter transformador que o termo *desenvolvimento* assume ou se apropria, onde o autor expõe a perspectiva ou o seu vetor social de transformação, explicando o conceito de desenvolvimento sob o prisma de lutas sociais, as quais podem garantir a modificação social, assegurando um ganho aos indivíduos.

Dessa forma, o desenvolvimento apropria-se de uma natureza transformadora, onde fornece espaço às mudanças e alterações sociais, conforme também observa Oliveira (2002, p. 40), quando diz que “o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social”.

Em contrapartida apresentamos também uma visão abordada por Furtado (2000), na sua obra “Introdução ao desenvolvimento – Enfoque histórico-estrutural”, a qual demonstra um sentido econômico do termo, não se restringindo apenas ao cunho social, pois aborda nessas linhas que o avanço ou desenvolvimento de determinada sociedade está ligado à produção, à acumulação de técnicas e de sua força de trabalho. Seguindo esse raciocínio, o autor ainda faz referência à questão da satisfação das necessidades humanas como indicador de desenvolvimento. Assim, assinala questões básicas como, por exemplo, alimentação e habitação como condicionantes de um estágio de desenvolvimento mínimo esperado, como podemos observar a seguir.

O segundo sentido em que se faz referência ao conceito de desenvolvimento relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas. A ambiguidade neste caso aumenta. Existe em primeiro plano no qual se podem usar critérios até certo ponto objetivos: quando se trata da satisfação das necessidades humanas elementares, tais como a alimentação, o vestuário, a habitação. (FURTADO, 2000, p. 21, 22).

Assim, partindo da ideia que desenvolvimento está ligado ao progresso, ao avanço humano ou algo positivo, nos propomos a refletir se os efeitos ocasionados por ele provocam ou acarretam somente alterações positivas ou se geram fatos e situações nefastas à sociedade.

No referente ao desenvolvimento como concretização das potencialidades humanas, temos o seguinte ensinamento de Furtado (2000, p. 07):

Como o desenvolvimento traduz a realização das potencialidades humanas, é natural que se empreste a ideia um sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas à medida que nelas o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações. O estudo do desenvolvimento tem, portanto, como tema central a criatividade cultural e a morfogênese social, temática que permanece praticamente intocada.

Furtado (idem) aponta a centralidade e importância da temática do desenvolvimento no mundo contemporâneo, pois possibilita alterações do meio social, implicando ou necessitando ser estudado, pois envolve questões de interesse a todos os indivíduos, conseqüentemente, temos. A ideia de desenvolvimento está no centro da visão do mundo que prevalece em nossa época. Nela funda-se o processo de invenção cultural que permite ver o ser humano como um agente transformador do mundo. Evidentemente este interage com o meio no empenho de efetivar suas potencialidades.

Por conseguinte, pensamos: será que uma sociedade será realmente desenvolvida ao atingir um grau ou nível satisfatório no referente ao desenvolvimento ou concretização de suas potencialidades humanas? Devemos refletir e analisar se dados estatísticos econômicos revelam o que de fato condiz com a realidade de uma determinada população. Nesse sentido, pode haver ou serem desencadeados diversos problemas sociais a partir do crescimento econômico de determinada região, como podemos verificar na passagem de Furtado (1974, p. 08 e 09), onde foram constatados inúmeros problemas advindos da famigerada modernidade:

Os economistas passaram a dedicar o melhor de sua imaginação a conceber complexos esquemas do processo de acumulação de capital no qual o impulso dinâmico é dado pelo progresso tecnológico, entelúquia concebida fora de qualquer contexto social. Pouca ou nenhuma atenção foi dada às conseqüências, no plano cultural, de um crescimento exponencial do estoque de capital. As grandes metrópoles modernas, com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos serviços públicos, fuga da juventude na anticultura, surgiram como um pesadelo no sonho de progresso linear em que se embalavam os teóricos do crescimento.

Devemos também registrar na nossa pesquisa o fenômeno do capitalismo, o qual se desenvolveu rapidamente em todo planeta, e impôs um modelo econômico, um padrão em que todos os indivíduos devem segui-lo, e para isso toda sociedade deve curvar-se a seus mandamentos e obedecer a tais padrões impostos. O efeito disso seria o fato de criar um modo

de vida pautado em um modelo econômico do desperdício, existindo a necessidade de acumulação de capital a todo custo. Vejamos as palavras de Furtado (2000, p. 15) no tangente ao modelo econômico capitalista: “A sociedade capitalista, a que devemos o tipo de civilização material que hoje predomina em quase todo o planeta, reproduz-se pondo em marcha um processo de formação de capital que historicamente foi mais rápido que o crescimento demográfico”.

Logo, percebemos que o modelo de acumulação capitalista é pautado no crescimento econômico, acarretando não apenas desenvolvimento no sentido tradicional do termo, gerando também reações adversas para o seio social como, por exemplo, a violência ou aumento da criminalidade, pois o fato de o indivíduo querer submeter-se a tal modelo muitas vezes não é possível por um modo legal ou permitido, exigindo a prática da violência para conseguir tal empreitada.

Assim, Furtado (op. cit., p. 31) lança alguns questionamentos sobre o referente ao processo de acumulação, onde diz: “Que condições são necessárias para que a acumulação ocorra em dada sociedade? A partir de que momento cabe falar em horizonte de opções? Qual o limite último ao esforço de acumulação?”. Dessa maneira nos perguntamos: Quais seriam os limites para o crescimento, qual seu preço? Os efeitos colaterais surgidos a partir desse desenvolvimento valem a pena?

Desse modo, apresentamos até agora algumas ideias sobre o que seria desenvolvimento, os pensamentos ao seu redor, conforme a visão de alguns autores em diferentes contextos históricos. Muitos o defendem como uma crença ou mito, algo que não ultrapassa o ideário humano. Nesse sentido, indica Furtado (1974, p. 07): “Os mitos têm exercido uma inegável influência sobre a mente dos homens que se empenham em compreender a realidade social”. Acrescenta ainda o autor:

Assim, os mitos operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social, permitindo-lhe ter uma visão clara de certos problemas e nada a ver de outros, ao mesmo tempo em que lhe proporciona confortointelectual, pois as discriminações valorativas que realiza surgem no seu espírito como um reflexo da realidade objetiva. (FURTADO, 1974, p. 07).

Assim, o conceito de *desenvolvimento* abrange diversos sentidos, assumindo um perfil multifacetado, não abrange apenas um lado ou um âmbito, como o econômico, compreende também o aspecto humano, social, dentre outros. Neste seguimento, observamos que o desenvolvimento avoca para seu significado ou sentido diversos, não possuindo somente um caráter econômico, ou seja, o desenvolvimento não se limita ao âmbito financeiro e econômico,

possui por assim dizer, diferentes sentidos. Sobre desenvolvimento observemos as palavras de Bresser-Pereira (2014, p. 36):

O desenvolvimento humano é a conquista gradual dos direitos correspondentes que as sociedades modernas ou capitalistas definiram para si mesmas como direitos humanos: os direitos civis, ou as liberdades básicas que caracterizam o Estado de direito; os direitos políticos, o direito universal de eleger e ser eleito para o governo; os direitos sociais, os direitos básicos voltados para a justiça social.

Acerca do sentido econômico, é oportuno esclarecer que este é importante para o desenvolvimento, no entanto, é fundamental entender que o tal desenvolvimento ou o progresso ultrapassam a fronteira do campo econômico, porém não podemos negar a importância deste. Nesse sentido, preceitua Oliveira (2002, p. 38): “o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida”.

Nessa esteira, o desenvolvimento não está dissociado do campo econômico ou do crescimento econômico, ganhando destaque aqui, é que o desenvolvimento está relacionado com o desenvolvimento humano, com as melhorias sociais, representando algo positivo para a sociedade contemporânea, pois serão levados em consideração não apenas as cifras e os números. Portanto, o raciocínio do desenvolvimento reside na palavra *transformação*, constitui-se na alteração interna de diversos segmentos de uma sociedade, desde sua economia, por exemplo, até questões relativas à política, e precipuamente ao ser humano, dentre outros âmbitos. Oliveira (op. cit., p. 40) acentua essa característica a seguir, vejamos:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Como vimos, o desenvolvimento não é entendido atualmente, apenas sob o prisma econômico, sendo importante para ele, portanto, as temáticas que envolvem o ser humano diretamente, seu modo de vida em sociedade, a melhoria dos indicadores sociais, ou melhor, as questões referentes à sociedade como organismo pulsante e transformador, evidenciando a relevância de discutir-se esse novo desenvolvimento. Consideremos a seguinte citação de Oliveira (2002, p. 45):

Após várias décadas na busca de como promover o crescimento econômico, está se redescobrendo que este por si só não é suficiente. Pensa-se hoje, cada vez mais, como as pessoas são afetadas pelo processo de crescimento, ou seja, se os incrementos positivos no produto e na renda total estão sendo utilizados ou direcionados para promover o desenvolvimento humano.

Diante desse pensamento, mostra-se propício destacar o valor da nossa pesquisa, além de outras justificativas já expressas nesse trabalho, ela aborda dois temas relevantes para o desenvolvimento de uma sociedade, tratando, portanto, de assuntos de interesse geral da população, assim, como da Academia, que merecem ser estudado, por serem fenômenos complexos, que são o crescimento econômico e a violência em um mesmo espaço geográfico, fato este que origina seus reflexos diretos na vida dos seres humanos. Logo, o que pretendemos fazer aqui, é uma análise desse novo desenvolvimento que estamos discutindo, pois iremos examinar partes do que o compõem que são os efeitos desse crescimento, aliado aos desdobramentos que este cria, os quais nem sempre são positivos, um exemplo disso é a elevação da criminalidade no contexto nacional e regional brasileiro.

Por esse motivo, mais adiante faremos uma breve discussão acerca dos indicadores sociais brasileiros, assim como locais, relativos ao nosso lócus de pesquisa propriamente dito, apontando algumas alterações de tais indicadores, empregando, assim, uma análise do que o termo desenvolvimento sugere, nos propondo a examinar o crescimento econômico, como também os indicadores sociais de uma dada localidade, garantindo, desta forma, a análise do termo desenvolvimento.

Desse modo, é crescente a preocupação com as questões humanizadas, o desenvolvimento assume, portanto, essa nova roupagem, de um desenvolvimento humano. Segundo afirma Oliveira (2002, p. 46), isso aconteceu desde a década de 1990, com o notável Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), observemos:

O desenvolvimento humano está ocupando lugar central no debate sobre o desenvolvimento desde o início da década de 1990. A maior prova disso é a importância que ganhou o Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano publicado, a partir de 1990, pelo PNUD.<sup>14</sup> Nesse relatório procurou-se conduzir a discussão sobre o desenvolvimento de forma diferentes da usual. A questão central passa da tradicional pergunta de quanto se está produzindo para como isto está afetando a qualidade de vida da população. Para difundir essa idéia, a Organização das Nações Unidas vem realizando uma série de conferências que abrangem direta ou indiretamente as questões sociais.

Logo, o que se entendia por *desenvolvimento* foi transformando-se, agregando outros sentidos e significados, avocando outros valores, essencialmente o humano. Conforme este pensamento, temos como demonstração as palavras de Oliveira (2002, p. 46), quando diz:

As pessoas e seu nível de vida estão se tornando o propósito final do desenvolvimento, pois é mais importante saber que oportunidades as crianças e os jovens têm de acesso à educação, à saúde e a uma moradia digna, enfim, de desfrutar uma longa vida produtiva que lhes permita manter uma família, do que saber simplesmente qual foi a variação do PIB do período anterior.

Diante de todo o exposto até aqui, percebemos as transformações que o termo *desenvolvimento* percorreu, assumindo hoje um sentido multifacetado, múltiplo, preocupando-se com temáticas sociais e, acima disso, com o protagonista do meio social, o ser humano, na sua diversidade. O desenvolvimento passou muito tempo preocupado com questões meramente econômicas, não importando como o ser humano vivia em sociedade, como afirma Oliveira (2002, p. 47) quando diz: “o ser humano nunca recebeu toda atenção que merece. Sempre se pensou em termos abstratos, como a elevação do PIB e da renda, esquecendo-se de questionar como o homem é afetado por isso”.

Por isso, entendemos como tão relevante a análise do crescimento econômico, assim como da violência em uma sociedade, examinando os processos em que ambos se disseminam e se apresentam, estudando, enfim, suas características e particularidades numa determinada localidade, mostrando-se indispensável para o desenvolvimento regional.

### ***Desenvolvimento x Crescimento econômico***

Após uma abordagem generalizada do que seria desenvolvimento, percebemos a necessidade de tratarmos com mais atenção um dos significados mais famosos, emprestado ao termo, ou seja, o sentido econômico, pois esse é inúmeras vezes atribuído ao significado de desenvolvimento quase como algo incontestável, um dogma. Assim, pretendemos desmistificar essa definição, pois não se trata de algo absoluto, pois o vocábulo desenvolvimento pode assumir outras interpretações e entendimentos, além do contexto econômico.

Desse modo, destacamos a importância de diferenciarmos desenvolvimento de crescimento econômico, pois o conceito de desenvolvimento abrange um universo que vai além do viés econômico, levando em conta as questões humanas, considera, portanto, a condição de vida das pessoas, os indicadores sociais. Nessa linha, Veiga (2010, p. 18, 19) demonstra como essa questão do crescimento econômico estava atrelado ao conceito de desenvolvimento em um

momento histórico pretérito, segundo ele, “até o início dos anos 1960, não se sentiu muito a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização”.

Por isso a recorrência de entender desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, pois o desenvolvimento estava coincidentemente ligado a situações de riqueza, ou seja, ao crescimento econômico de determinadas regiões. Segundo Veiga (2010), o marco histórico ou temporal que propôs uma mudança em relação a essa conceituação foi o momento de lançamento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Desde que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o “Índice de Desenvolvimento Humano” (IDH) para evitar o uso exclusivo da opulência econômica como critério de aferição, ficou muito esquisito continuar a insistir na simples identificação do desenvolvimento com o crescimento. (VEIGA, 2010, p. 18).

Não queremos contraditar ou negar o cunho econômico do conceito de desenvolvimento, o que queremos nessa discussão, é esclarecer seu papel humano, a importância que o sentido humano se revela para ele. Queremos demonstrar a relevância dessa essência, apresentando um novo desenvolvimento, pautado em uma pluralidade de significações. Essa demonstração se faz muito pertinente, pois a ideia econômica foi e ainda é, de certo modo, muito ligada a definição de desenvolvimento. Veiga (op. cit.) também destaca que até o final do século XX os manuais de ensinamento da ciência econômica tradicional continuavam tratando de forma explícita desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Portanto, o sentido de crescimento econômico constitui ainda uma das ideias básicas e imediatas atribuídas ao termo desenvolvimento, vejamos:

A mais frequente é tratar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Isto simplifica a tarefa de responder à pergunta, pois dois séculos de pesquisas históricas, teóricas e empíricas sobre o crescimento econômico reduziram bastante a margem de dúvida sobre essa noção, muito embora persistam – e talvez tenham até aumentado – as dúvidas sobre os seus principais determinantes. Este amálgama das duas ideias também simplifica bastante a necessidade de se encontrar uma maneira de medir o desenvolvimento, pois basta considerar a evolução de indicadores bem tradicionais, como, por exemplo, o Produto Interno Bruto *per capita*. (VEIGA, 2010, p. 17).

No intuito de tentar responder o que seria desenvolvimento, portanto, apontaremos

algumas ideias a respeito do tema. Furtado (2004, p. 484), apresenta um raciocínio coerente sobre a ideia, expressando a importância da melhoria da condição de vida da população, destacando o sentido social, ou melhor, o compromisso do desenvolvimento com condições humanas dignas, como podemos observar a seguir:

O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (FURTADO, 2004, p. 484).

Podemos destacar outra argumentação traçada sob o mesmo sentido de considerar o desenvolvimento humano sob a luz das liberdades humanas, o qual deverá atender, ou melhor, assegurar aos indivíduos um meio social digno, que não visualize o desenvolvimento apenas por um ângulo ou viés econômico. Este é o pensamento de Sen (2000), conforme visualizamos no seguinte trecho:

O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). (SEN, 2000, p. 17).

Desse modo, a ideia de progresso que comentamos até agora se funde ou se une perfeitamente com a de desenvolvimento, desenvolvimento este humano, direcionado às questões sociais, aos assuntos relacionados à vida humana em sociedade, não considerando somente o caráter econômico, configurando, portanto, termos correspondentes. No entanto, mesmo diante desta equivalência, Bresser-Pereira (2014, p. 37) atenta para algumas distinções importantes, como podemos observar logo abaixo:

Considero que os conceitos de progresso e desenvolvimento humano são equivalentes, embora tenham origens e conotações diferentes. O desenvolvimento humano está associado ao desenvolvimento econômico, envolve mudança estrutural e está relacionado a um determinado Estado-

nação, ao passo que progresso é um conceito universal. O progresso geralmente é visto como um ideal, como o permanente avanço da razão e do conhecimento, enquanto o desenvolvimento costuma ser visto como um processo histórico de realização dos direitos humanos.

Tendo em vista a ideia multifacetada que o termo *desenvolvimento* carrega, onde reserva espaço para diversos sentidos, como o humano e o econômico, por exemplo, ressaltamos as palavras de Bresser-Pereira (2014, p. 55), quando relaciona o desenvolvimento econômico com a elevação do modelo de vida das pessoas, associando a qualidade de vida de uma população ao seu desenvolvimento econômico, afirmando que “o desenvolvimento econômico só começa quando um povo se torna uma *nação* e realiza sua revolução nacional e industrial, ou seja, sua Revolução Capitalista. É só a partir daí que acontece a melhoria sistemática do padrão de vida da população”.

Comentamos até esse momento os conceitos de progresso e desenvolvimento, discutindo algumas de suas particularidades. Nessa direção, lançamos a reflexão de se seria necessário levantarmos uma abordagem sobre os conceitos de desenvolvimento econômico e crescimento econômico, se suas definições guardam diversidades ou não. Nesse sentido, assevera Bresser-Pereira (*idem*), que:

Na literatura econômica, desenvolvimento econômico e crescimento econômico são normalmente usados como sinônimos. No entanto, alguns economistas fazem uma distinção entre desenvolvimento econômico (que envolveria mudança estrutural) e crescimento econômico (que não a envolveria). Acredito que, tendo em vista a discussão precedente, essa distinção não tem muito sentido.

Desse modo, percebemos que a discussão acerca de uma diferenciação sobre os conceitos de desenvolvimento econômico e crescimento econômico, apresentam-se irrelevantes para essa pesquisa, uma vez que, entendemos como definições equivalentes, não se justificando uma abordagem detalhada, como bem esclarece Bresser-Pereira (2014, p. 56), quando diz “o que faz sentido não é a distinção entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico, mas entre crescimento econômico (ou desenvolvimento econômico), por um lado, e desenvolvimento humano ou progresso, por outro.

### ***Violência e desenvolvimento: algo em comum?***

A partir do caráter múltiplo do termo desenvolvimento, focaremos agora no sentido social, analisando algumas consequências ou efeitos que tal fenômeno ocasiona no meio social,

e nos indivíduos nele inseridos. Vislumbramos nesse contexto de crescimento econômico, a questão da violência ou aumento da criminalidade, a qual nos propomos estudar, observando seus desdobramentos e alterações no meio social. Assim, pretendemos analisar um cenário em que houve melhoria econômica, como também uma elevação da violência local, em especial dos crimes contra a vida e o patrimônio, classificação esta empregada pelo Código Penal Brasileiro.

A violência é um fenômeno complexo, carente de ser estudado e analisado, pois seus efeitos e consequências no mundo contemporâneo são preocupantes, em decorrência da sua rápida propagação nos mais diversos ambientes sociais. Desse modo, iremos levantar algumas informações sobre o universo que envolve a violência, apresentando pensamentos relevantes de autores sobre o tema. Assim, segundo Arendt (2011, p. 23), a temática da violência não pode e não deve permanecer estranha por parte dos estudiosos, nem ser deixada de lado, sendo tratada como irrelevante:

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial.

Portanto, conforme Souza (2006, p. 16), “a violência não é um fato novo. Os relatos históricos mostram-nos que sua manifestação acompanha o processo civilizatório”. Assim, observamos que, desde os primórdios da história, o ser humano é capaz de praticar atos violentos. Continuando, devemos também expor aqui a polissemia da palavra violência, pois é fundamental a distinção do vocábulo no tangente aos efeitos de cada ação violenta. Nesse sentido, a autora aborda essas distinções da palavra violência, vejamos:

O termo violência tem sido usado como referência para uma multiplicidade de ações e de agentes. Violência do Estado, violência da mídia, violência da exclusão social, violência de certos rituais, violência dos atos criminosos – roubos, sequestros, assassinatos -, violência do trabalho infantil, violência na infância, violência contra a mulher, violência nas relações cotidianas, violência dos pequenos gestos, violência presente na constituição do psiquismo. (SOUZA, 2006, p. 27).

Destarte, todos os seres humanos são potencialmente agressivos e violentos, o que irá diferenciá-los serão as formas de controlar e monitorar esse sentimento, como preceitua a seguir Souza (2006, p. 13):

Todos somos potencialmente violentos. A maneira de administrar essa agressividade é que nos diferencia uns dos outros. Alguns encontram formas construtivas para canalizar a própria destrutividade. Mas há os que – influenciados por fatores endógenos e exógenos - costumam descarregar nos outros a sua violência.

No que concerne aos efeitos desse fenômeno nas sociedades atuais, se traduz no cultivo do medo, da ausência de liberdade, onde os cidadãos precisam, por questão de sobrevivência, submeter-se ao isolamento das ruas, espaços públicos e assim por diante, como podemos observar em Souza (2006), quando diz: “entrincheirados. Acuados pelos riscos de assaltos, de balas perdidas, de cenas inusitadas de violência, os habitantes da cidade perderam o seu direito à urbes; ao espaço coletivo”. Continua a autora nesse sentido:

A arquitetura das cidades e das casas, notadamente a partir da década de 90, reflete esse estado da alma; é uma arquitetura do medo: condomínios fechados, necessidade de identificação em qualquer prédio, cercas eletrificadas, sensores de presença, muros altos, lanças cada vez mais sofisticadas, câmeras nas ruas, nos prédios, nas lojas... Tudo isso intensifica o isolamento, o individualismo; elimina a tolerância com as diferenças. Intensifica a privatização da vida e dificulta a construção da cidadania. (SOUZA, 2006, p. 13).

São graves as consequências causadas pela violência, assumindo papel de transformador negativo de todo um modo social existente, alterando, assim, o cotidiano da vida das pessoas, impondo novos costumes e um novo padrão pautado no medo, onde quem perde é a sociedade, como destaca Souza (op. cit., p. 14): “a violência invade todos os espaços; torna-se espetáculo. E, à medida que o faz, transforma-se numa forma de ser e também numa forma de domínio”. Essa alteração implica ainda numa perda de valor simbólico, pois ao passo que a sociedade vai perdendo o convívio, perde-se também a possibilidade de contato ou troca de vivências e criação de uma memória coletiva que seria passada a outras gerações, como acentua a autora a seguir:

Com a perda do espaço social como lugar de troca e de construção coletiva, perde-se também a noção de história, de memória, de lugar simbólico que se transmite pelas diferentes gerações. O passado deixa de ter importância, já que o que importa é a sobrevivência do momento. (SOUZA, 2006, p. 14).

Esse contexto de violência sugere a ideia de que desenvolvimento não diz respeito a aprisionamento de liberdade humana, consequência da violência, o desenvolvimento busca e almeja, portanto, acima de tudo, a conquista dessa liberdade humana, onde os indivíduos

possam otimizar suas potencialidades e não ficarem reféns de uma sociedade com poder econômico, mas com um índice de criminalidade altíssimo, por exemplo. Segundo esse pensamento, Sen (2000, p. 18) orienta-nos:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Assim, o desenvolvimento requer algo positivo, porém não necessariamente isso ocorre, pois o fenômeno da violência tem ocupado de maneira rápida todos os espaços e recantos do universo. Desse modo, nos perguntamos e procuramos entender o que há com o contexto atual, com a justificada disseminação da violência, será que há algo capaz de incrementar a aceleração de tal fenômeno? Nesse sentido, Souza (2006, p. 16), salienta: “O que há de específico nesse momento histórico, visto que a violência se tornou, no século anterior e neste que se inicia, matéria de grande consideração e difusão? Será a violência uma manifestação própria e inelutável dos humanos? Inevitável em certas condições sociais?”

É importante destacar também, nesse momento, que a Literatura nacional comumente analisa as causas da violência sob o ângulo da desigualdade social e da pobreza, diferentemente feito em nossa pesquisa. Na presente investigação, pretendemos examinar a violência dentro de uma conjuntura de crescimento econômico, tornando nosso trabalho ainda mais valioso e necessário, pois iremos observar e explorar um ambiente de desenvolvimento no qual se intensificou a violência. Sobre o entendimento da Literatura em geral, acerca das causas do aumento da violência, desse modo, temos o seguinte:

Na literatura nacional que se detém nas análises sobre a violência em geral e os homicídios em particular há a tendência a estabelecer uma relação causal ou correlação entre este fenômeno e a desigualdade social e de renda e a pobreza como fatores causais determinantes. (NÓBREGA JÚNIOR; ZAVERUCHA, 2010, p. 53).

Seguindo, surge em meio a essa discussão sobre violência, uma hipótese de resposta no que concerne ao porquê de um estabelecimento tão rápido desse ambiente hostil, que é o da violência na nossa sociedade. Provavelmente uma das possíveis causas seria a vulnerabilidade no quesito de segurança pública enfrentado pelos indivíduos na atualidade, pois os órgãos responsáveis pela justiça e pela segurança não possuem mecanismos viáveis, capazes de acompanhar a rapidez do desenvolvimento da violência, estando, portanto, os cidadãos

desprotegidos. Porém a violência pode ser justificável, mas nunca será legítima (ARENDR, 2011), devendo o Estado impor-se na criação e execução de medidas capazes de enfrentar a violência. Seguindo essa linha de raciocínio, destacamos as palavras de Souza (2006, p. 18):

A sensibilidade específica de nossa época – o palco em que a violência é exercida e vivenciada e no qual se exacerba a vulnerabilidade e o desamparo dos sujeitos – pode ser pensada segundo diferentes campos de saber e como efeito das características do mundo contemporâneo.

Consubstanciando a hipótese levantada no parágrafo anterior, sobre a rapidez em que o crime se espalha, em contrapartida de uma resposta ainda lenta do número de casos sanados pela Justiça, isso falando especificamente do cenário brasileiro, Tiago Ivo (2018, p.36), aduz que ocorre um aprimoramento da criminalidade, fazendo com que haja uma motivação à prática dos delitos, além da questão da ausência de resolução dos crimes, contribuindo, dessa forma com o seu aumento.

Há uma especialização da atividade criminosa, implicando aumentos de produtividade também em atividades ilegais. Existe ainda o fato de que há maiores incentivos à entrada no crime devido à falta de solução dos crimes e conseqüente impunidade dos culpados. Ou seja, custos de oportunidade favoráveis hoje implicam mais crimes amanhã. No referente à resolução jurisdicional dos delitos no Brasil, temos um dado interessante, assim como preocupante. Trata-se do número dos casos de homicídios, crime contra a vida, praticados e não solucionados no Brasil. Nesse sentido, Odon (2018, p. 36) indica um dado da Associação Brasileira de Criminalística: “em 2011, a Associação Brasileira de Criminalística estimou que somente de 5% a 8% dos homicídios no Brasil eram solucionados”, dado alarmante e impressionante.

Logo, percebe-se um número ínfimo quando se trata da resolução de crimes no Judiciário brasileiro, fato incentivador do cometimento dos delitos, pois é essencial haver uma resposta sólida, uma punição por parte do Sistema Judiciário, conforme esclarece Odon (op. cit., p. 40), quando afirma que “a celeridade da resposta estatal é fundamental para influenciar o comportamento criminoso, ao lado da probabilidade da detenção e da severidade da punição”, pois caso contrário estaremos promovendo a violência.

Nessa ocasião é significativo realçar a conexão ou o vínculo existente no contexto do crime, entre o território em que se estabelece, ou o espaço geográfico em que atua com as redes sociais que ali se fazem presentes. Isto é, há uma ligação entre este espaço e estas redes sociais de maneira direta, conforme entendimento de uma parte da Sociologia, como podemos observar a seguir, na citação de Odon (2018, p. 37):

A sociologia trouxe outra variável importante para o estudo do crime: as redes sociais de relacionamentos e do território onde a pessoa reside e trabalha – ou seja, o ambiente social. As teorias sociológicas destacam a influência do grupo (étnico, territorial, profissional etc.) sobre a formação dos fatores de produção do indivíduo – sua capacidade de produzir renda. Por influência do meio, jovens abandonam a escola, ou assumem outras escolhas, como maternidade precoce, roubo, tráfico ou consumo de drogas.

Assim, a violência alastra-se de forma intensa em todos os campos da sociedade, envolvendo rapidamente os indivíduos daquela teia social, o que se traduz em perigo, pois de maneira rápida esse fenômeno consegue angariar pessoas para o universo do crime, popularizando cada vez mais suas atividades criminosas, criando, desse modo, um controle social. Nesse sentido, analisemos a ideia a seguir de Arendt (2011, p. 86):

Uma vez que um homem é admitido, ele sucumbirá ao encantamento inebriante da “prática da violência [que] amarra os homens em um todo coeso, pois cada indivíduo forma um elo violento na grande cadeia, torna-se uma parte do grande organismo da violência em expansão.

Em conformidade com essa ideia de Arendt (op. cit.), existem maneiras de enfrentar a violência no que concerne a posturas rígidas e competentes por parte do Estado, advindas de uma política de planejamento capaz de atender a esse problema, vejamos:

A superioridade e a ascendência do poder sobre a violência não se determinam a partir de critérios normativos extrapolíticos, mas em função de considerações estritamente políticas: afinal, a possibilidade do emprego bem-sucedido da violência “dura apenas enquanto a estrutura de poder do governo permanece intacta”. (ARENDR, 2011, p. 158).

Sobre a violência observemos o pensamento destacado por Arendt (2011, p. 18):

A própria substância da ação violenta é regida pela categoria meio-fim, cuja principal característica, quando aplicada aos negócios humanos, foi sempre a de que o fim corre o perigo de ser suplantado pelos meios que ele justifica e que são necessários para alcançá-lo.

Se o estado não se impõe de forma a coibir essa problemática da violência abre espaço para a desordem social, para criminalidade, pois perde o poder, o controle, significando que “politicamente, o ponto é o de que com a perda do poder torna-se uma tentação substituí-lo pela violência” (op. cit., p. 72). Desse modo, os membros de uma determinada sociedade, usando do

poder da violência a eles conferido por meio da força empregada, imporão seus mandamentos ou ordens aos demais membros daquela sociedade, construindo um ambiente de poder, conforme preceitua Arendt (2011, p. 160), quando diz: “o emprego dos meios da violência constituiria o meio específico de exercício do poder, entendido prioritariamente como imposição da vontade de um agente sobre os demais”.

Ainda como efeitos negativos podemos complementar nosso raciocínio utilizando o pensamento Almeida (2010, p. 21), quando indica que:

A ineficácia das instituições públicas, a corrupção e o peculato, os privilégios das minorias, a impunidade dos poderosos, os impostos abusivos e o mau uso do dinheiro público são fatores que geram revolta e intensificam a agressividade da população. Essa violência é descarregada no cotidiano e atinge quem não tem culpa. Outra contribuição da sociedade contemporânea para o aumento da agressividade é o consumismo. Uma sociedade que inventa e alimenta desejos impossíveis é uma fonte constante de frustrações que, como sabemos, intensificam os sentimentos hostis. A injustiça gera ódio; a impunidade e a descrença nas instituições estimulam o sujeito a buscar justiça por conta própria.

Uma sociedade baseada no desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, preocupada com o desenvolvimento dos números econômicos, mas acima de tudo com o retrato positivo social, traduzido em uma educação e saúde de qualidade, por exemplo, não abre espaço para um ambiente violento, pois desenvolvimento como já comentamos anteriormente não significa somente crescimento econômico, mas sim valorização da liberdade humana. Assim, vejamos as palavras de Almeida (idem):

Como já vimos, o ambiente que negligencia ou maltrata reforça a destrutividade dos indivíduos. Mas, ao contrário, o ambiente que oferece acolhimento e empatia tem o poder de abrandar os impulsos destrutivos e ajuda muito no amadurecimento do ego primitivo.

## CAPÍTULO III

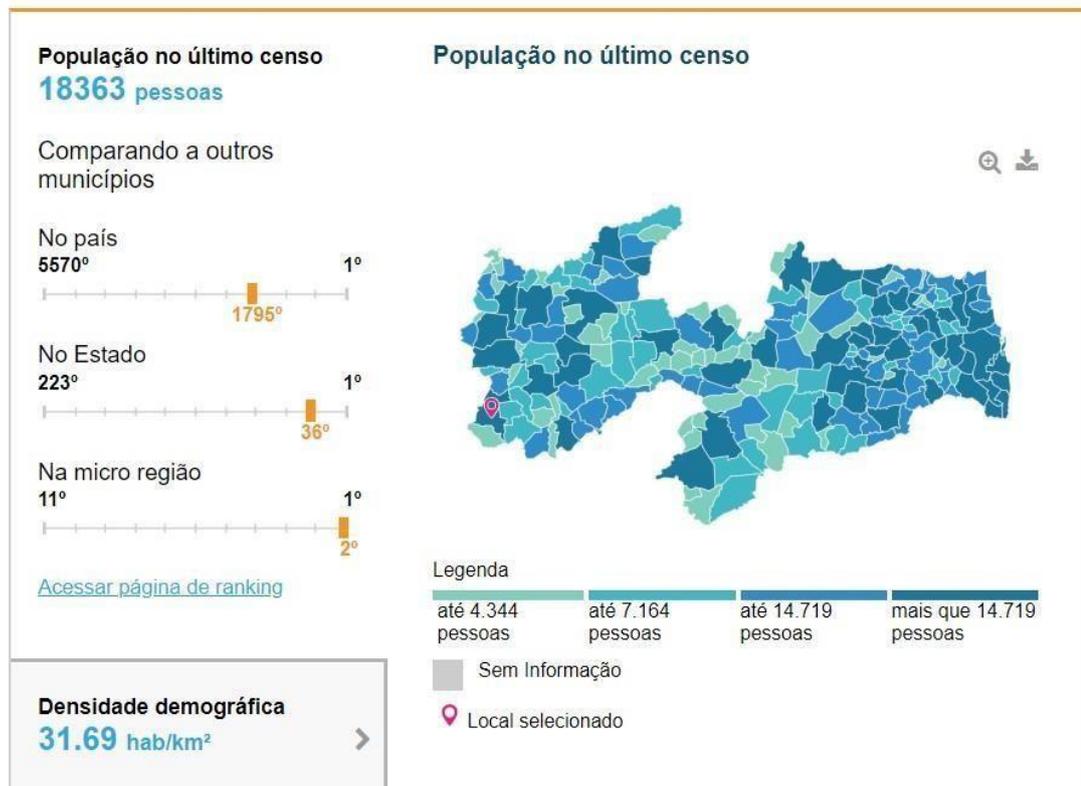
### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### Justificativa da escolha do recorte

Iremos investigar durante esta pesquisa a melhoria da condição de vida, neste ponto falamos de crescimento econômico e melhoria dos indicadores sociais, e o fenômeno da violência. Pretendemos analisar tais acontecimentos sob a perspectiva local do município de Conceição, Paraíba, examinando as particularidades do contexto local. O município de Conceição está localizado na área geográfica de abrangência do Semiárido brasileiro, interior do estado da Paraíba, na microregião do Vale do Piancó, possui, segundo o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma população de 18.363 habitantes.

**Figura 01** – Localização do município de Conceição no estado da Paraíba

#### População



Fonte: IBGE (2010).

O campo de pesquisa adotado nesta pesquisa é o município de Conceição, tal município

sempre se caracterizou por sua tranquilidade e sensação de segurança, apresentando-se como um verdadeiro lugar pacato de interior. Partindo dessa ideia de cidade de interior, com características tais como: baixo índice de violência, raros ou poucos casos de homicídios, roubos e furtos, por exemplo, observa-se uma mudança na conjuntura local, percebe-se uma alteração no modo de viver daquela comunidade, tanto no que diz respeito à melhoria econômica da vida das pessoas, assim como da evolução dos indicadores sociais, e isso pretendemos analisar na nossa pesquisa, investigar esses fatos sociais dentro do município de Conceição.

A partir dessa alteração no meio social do município, sentida por todos os que habitam e convivem àquela localidade, surgiu nossa inquietação, ou melhor, nos fez chegar até aqui, enfim, nos levou a pesquisar e buscar respostas para esse novo momento instaurado na cidade, onde aquela sensação de segurança e tranquilidade antes percebida, cedeu lugar à insegurança e a cultura do medo, transformando de maneira significativa o modo de viver da população, merecendo por tanto uma análise, um estudo sobre o que está acontecendo naquela localidade.

O que, portanto, pretendemos realizar ao desenvolver nossa pesquisa, é uma análise do crescimento econômico, assim como da melhoria dos indicadores sociais, concomitantemente a elevação da violência no município investigado, examinando os efeitos de um fenômeno no outro, se há interferências entre eles, em caso positivo, quais são elas, enfim, nos propomos aqui a estudar a ocorrência no mesmo espaço territorial, do desenvolvimento no sentido amplo do termo e do aumento da criminalidade.

No que tange à violência, iremos direcionar nossa análise para o crime de homicídio (crime contra a vida, classificação do Código Penal Brasileiro, a partir do seu artigo 121), e para os crimes de furto e roubo (classificados como crimes contra o patrimônio, tipificados respectivamente nos artigos 155 até 157 do Código Penal Brasileiro). A partir do pressuposto de que sem o direito à vida nenhum outro poderá ser exercido, e sabendo que o aumento da criminalidade ou violência só tem aumentado nos últimos anos, afetando diretamente tal direito, conforme dados apresentados até aqui, nos propomos a analisar tanto o desenvolvimento como o aumento da violência patrimonial e contra a vida no município de Conceição, por observar que ambos os acontecimentos coabitam no mesmo tempo e espaço, o que amadureceremos no transcorrer desse estudo.

O município foi escolhido como cenário da nossa pesquisa por apresentar no período referente aos anos 2000 em diante um crescente e considerável aumento da criminalidade, mesmo período em que apresentou uma melhoria ou elevação do crescimento econômico, e dos indicadores sociais, representando, por assim dizer, o campo ideal para nossa pesquisa, pois

sugerimos uma análise de tais fenômenos, acontecimentos estes que interessam e pertencem ao universo do desenvolvimento regional, pois nossa tarefa consiste em analisar e examinar temas do interesse social, o desenvolvimento e o aumento desenfreado da violência num determinado espaço territorial, abordagens estas as quais dialogam e se mostram relevantes para as pesquisas das academias, por tratarem de temas do interesse geral, envolvendo todo o corpo social.

Queremos ressaltar aqui que nosso objetivo, ao realizar esta pesquisa não é fechar os os olhos para a realidade difícil, pela qual o Brasil e todo seu território sempre enfrentou ao longo de sua história, sabemos que possuímos uma realidade dura, porém diante de um cenário de mudanças positivas econômicas e sociais significativas, observamos a possibilidade de estudar algo novo, de analisar no município em questão neste trabalho, uma realidade diversa da que sempre se apresentou, buscando conhecer a nova face de uma sociedade.

Desse modo, para prosseguirmos com nosso intento indicaremos números e dados expressivos do município elegido para realização do nosso estudo, iremos inicialmente apresentar estatísticas locais, apresentando, portanto, o município de Conceição. Planejamos no decorrer da pesquisa extrair e reunir de forma sistematizada dados comprovantes, por exemplo, da demanda de processos que chegam ao Judiciário local (comarca do município), buscando identificar a natureza delitiva, analisando especificamente a quantidade de processos ou demandas relativas aos crimes patrimoniais, como furto e roubo, exemplos estes de condutas delitivas diretamente ligadas ao campo econômico.

Nesse sentido, já buscamos dados capazes de comprovar e apontar a natureza e quantidade dos processos que batem à porta do Judiciário, para podermos confirmar e apresentar dados reais e oficiais sobre a questão, tendo acesso até então a dados do Sistema de Informatização dos Serviços da comarca – Siscom, sobre os processos relativos ao período de 2008 a 2018.

Desse modo, o que conseguimos colher como dados empíricos de forma inicial foram dados do Siscom, fornecidos pelo cartório da comarca local e juntados a esta pesquisa, fornecendo-nos uma ideia ou retrato do aumento das demandas judiciais no período referente aos últimos dez anos, entre os anos de 2008 a 2018. A consulta a qual tivemos acesso retrata a elevação, nesse período analisado, do número de processos recebidos pela comarca, ou em outras palavras, indicam o crescimento da violência local, pois são dados que apontam delitos como homicídios, furtos e roubos, apresentando o aumento da criminalidade no município.

A análise demonstrada pelos dados fornecidos pelo Siscom, no período entre 01/01 a 05/12/2008, apresenta nos anos iniciais da análise um número de processos ativos de 366, e de processos baixados um número de 323 referentes a primeira e segunda varas, únicas existentes

na Comarca. Esses números mencionados, elevaram-se no que concerne ao ano de 2018 para a casa de 1415 e 1295.

Além de outros procedimentos metodológicos, é imprescindível ao nosso estudo o mapeamento dos números desses processos e sua natureza jurídica, para conseqüentemente construirmos posicionamentos consistentes acerca do tema aqui analisado. No tangente a outros procedimentos metodológicos, percebemos como fundamental ainda fazermos uma análise do número de casos em investigação na esfera policial local, ou seja, na instituição da Polícia Civil do município, pois estes dados também ajudarão no esclarecimento do nosso objeto de pesquisa, porque indicarão um cenário e dimensão real do problema investigado, portanto, entendemos esse procedimento importante para nossa análise, pois ele ajudará a retratar o cenário real de violência instaurado no município, fornecendo dados concretos sobre a situação criada, uma vez que mostrará os casos em andamento.

Os dados judiciais sobre os processos e os em andamento, conduzidos pela autoridade policial que serão colhidos, fornecerão a nossa pesquisa dados capazes de auxiliar diretamente no entendimento sobre a questão investigada. Ainda entendemos como crucial ao nosso estudo a coleta de dados por meio de entrevistas com parte da população mais afetada pela violência do município, ou seja, a realização de entrevistas nos locais onde o sentimento de insegurança é mais visível, para como isso, demonstrarmos ou desenharmos o contexto violento atual, pois a população, os habitantes são figuras principais desse cenário, além de entrevistas com autoridades pertencentes ou ligadas à segurança e ao Poder Judiciário local.

Pretendemos também buscar em órgãos oficiais, como a Câmara de Dirigentes Lojistas, dados econômicos locais capazes de revelar o perfil presente e pretérito do município, para podermos estudá-los e compararmos com os dados colhidos sobre a violência, que serão fornecidos pela Polícia Civil e Comarca local, além das informações que iremos obter com as entrevistas à população.

Esperamos dessa forma, aglutinar dados e informações pertinentes ao nosso objeto de pesquisa, para assim, podermos traçar hipóteses relativas a questão investigada, reunindo dados que esclareçam a relação do crescimento econômico e o aumento da violência no interior da Paraíba, detidamente no município de Conceição, buscando entender e traçar hipóteses sobre o problema analisado.

Assim, examinar o crescimento econômico de uma determinada localidade e o aumento da criminalidade, é estudar desenvolvimento regional, pois o desenvolvimento regional deve se preocupar e oferecer atenção aos assuntos que envolvam a sociedade de maneira direta, e o desenvolvimento econômico, assim como a violência, estão diretamente relacionados ao social,

pois afetam e atingem a população, o social como um todo, provocando perturbações diretas à ordem social e ao modo de vida dessa população, merecendo serem estudados e analisados de maneira séria e profunda.

Não existe um pleno desenvolvimento no sentido amplo do termo, sem a melhoria das condições de vida dos seres humanos, ou seja, o desenvolvimento deve se envolver com todas as questões que circundam o social, e reiteramos, não apenas com as que envolvam aspectos econômicos, mas todas que envolvam ou interfiram na vida das pessoas, como por exemplo, a questão da violência, que afeta diretamente o modo e comportamento dos indivíduos, gerando imensas alterações sociais.

Dessa forma, a presente pesquisa mostra-se importante, pois pretende investigar as alterações sociais e econômicas ocorridas no município de Conceição nos últimos anos, alterações estas que dizem respeito a dois universos a priori distintos: o desenvolvimento e o fenômeno da violência, mas, talvez, possuidores de pontos de contato ou de encontro, os quais, possivelmente, poderão revelar uma interferência entre ambos. Assim, por meio da pesquisa realizada até o presente momento, pôde-se observar que os termos progresso, desenvolvimento, crescimento e violência guardam entre si relações.

### **Exposição do método**

A presente pesquisa dividiu-se em dois momentos ou fases diversas, que foram: primeiro, a pesquisa bibliográfica e, segundo, a pesquisa de campo. O primeiro momento ou a pesquisa bibliográfica foi realizada e alicerçada por meio de consultas a livros, artigos científicos, além de outras fontes de informações que nos apoiaram e ofereceram sustentação a nossa pesquisa. A pesquisa bibliográfica assumiu relevância por possibilitar-nos um acesso amplo à Literatura sobre progresso, desenvolvimento e violência, temas de suma importância para o embasamento e desenvolvimento da atual pesquisa. Resumidamente, a pesquisa bibliográfica proporcionou a aproximação do conhecimento, viabilizando o desdobrar desse estudo.

O segundo momento da nossa pesquisa consistiu na pesquisa de campo, onde realizamos, preliminarmente, uma investigação sobre a visão da população acerca dos temas estudados na pesquisa, sondando através de entrevistas estruturadas o posicionamento sobre criminalidade local, crescimento econômico, assim como sobre os indicadores sociais. Além da consulta à população por meio de entrevistas, realizamos também um levantamento de dados relativos aos processos criminais em tramitação na Comarca e dos inquéritos policiais em

andamento na Delegacia de Polícia Civil de Conceição.

Desse modo, a pesquisa possui cunho exploratório, caracterizando-se ainda como qualitativa em relação à temática abordada, e quantitativa no que se refere aos números socioeconômicos e judiciais descritos. No tangente aos participantes da pesquisa, buscou-se estabelecer contato com a população de bairros pontuais, os quais apresentam maiores ocorrências de crimes, segundo nossas observações, os crimes de homicídio, furto e roubo. Nesse sentido, os bairros elegidos para realizarmos as consultas por meio de entrevistas estruturadas foram os bairros Nossa Senhora de Fátima, Centro e São José. Objetivamos com essa escolha conseguir uma maior diversidade de respostas.

O locus da pesquisa de campo foram os bairros onde aplicamos as entrevistas, que são bairro Nossa Senhora de Fátima, Centro e São José. Dentro do nosso recorte, utilizamos como locus de pesquisa os bairros anteriormente mencionados e a sede da Comarca do município de Conceição, onde através do Cartório realizamos um levantamento dos processos existentes e em tramitação.

## **CAPÍTULO IV**

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **Estatísticas econômicas brasileiras**

Nosso objetivo nesta pesquisa é analisar através de dados concretos e reais, a conjuntura atual que se apresenta no município de Conceição – PB, ou seja, analisar o crescimento econômico e o aumento da violência de modo local e suas implicações no meio social, no entanto, tecendo considerações iniciais gerais, reveladas por estatísticas nacionais e regionais sobre o assunto, visualizando as alterações provocadas pelos dois fenômenos. Para isso, iniciamos fazendo a apresentação de alguns dados econômicos nacionais, para posteriormente aprofundarmos nosso estudo em dados locais. Desse modo, iremos agora apresentar números relativos ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, analisando a evolução desses números em um período de tempo considerável.

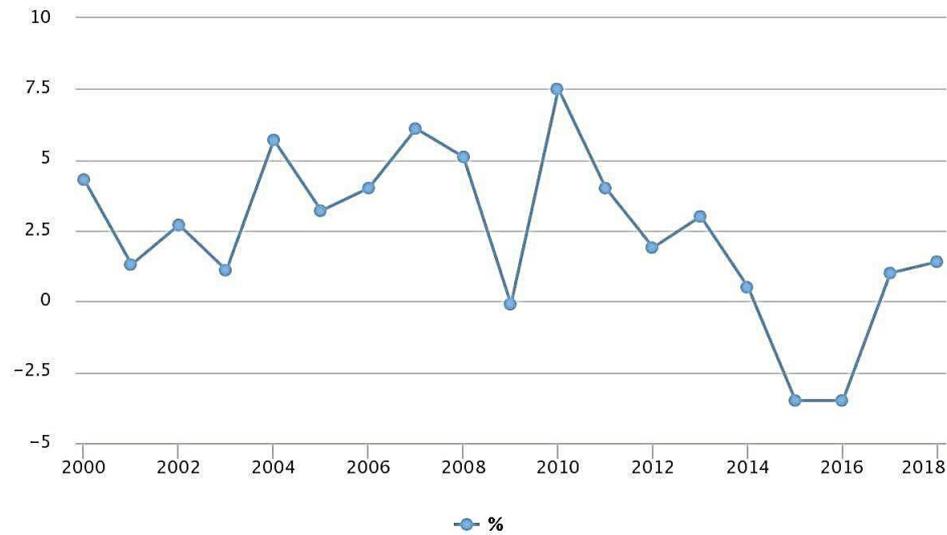
Faz-se pertinente iniciarmos a apresentação dos dados econômicos apontando a modificação anual do Produto Interno Bruto nacional, pois consiste na totalização da soma de todos os bens e serviços produzidos pelo país, o que nos fornece dados consistentes sobre a economia. Assim, por meio da tabela a seguir, disponibilizada no Portal de Investimentos em Ações da Bolsa de Valores do Brasil, constando dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podemos perceber a alteração dos números referentes ao Produto Interno Bruto brasileiro, vejamos:

**Tabela 01** – Variação histórica do PIB brasileiro

2000	4,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2001	1,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	2,70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	1,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2004	5,70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2005	3,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	4,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2007	6,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	5,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-0,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	7,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	4,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	1,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2013	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2014	0,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2015	-3,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2016	-3,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2017	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2018	1,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A Tabela 01 refere-se à variação do Produto Interno Bruto brasileiro dos anos 2000 a 2018, apresenta as transformações ou alterações dos números em cada ano, nos possibilitando fazer uma leitura de tais dados. Dessa forma, a tabela indica que houve, embora em alguns momentos mais discretamente, mais crescimento do que decréscimo dos números, representando um dado positivo, apesar de ter havido momentos onde a economia não cresceu ou se manteve estagnada, a maior parte dos números mostra que houve crescimento na maior parte dos anos analisados. Diante desse contexto de apresentação do Produto Interno Bruto brasileiro, é oportuno mostrar um gráfico sobre a evolução dos números nos anos 2000 a 2018, pois vimos na tabela a variação de cada ano, a seguir iremos verificar sua evolução no mesmo período.

**Figura 02 – PIB brasileiro anual**

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Propomos, portanto, com a apresentação dos números anteriores é expor dados reveladores, mesmo discretamente, da existência no período analisado de mais crescimento econômico do que inferiorização do PIB brasileiro, indicando um presente crescimento econômico, fenômeno o qual nos dedicamos a estudar.

### **Estatísticas econômicas do estado da Paraíba**

Avançaremos nesse momento para análise de dados relativos aos números econômicos do estado da Paraíba, retratando o contexto econômico em que a Paraíba esteve inserida nos últimos anos. Para isso também iremos utilizar o Produto Interno Bruto (PIB) como termômetro desse contexto, apresentando as alterações constatadas. Segundo Silva (2014, p. 27), o Estado paraibano experimentou uma elevação do PIB na década de 2000, como podemos verificar a seguir:

Na última década, o PIB da Paraíba experimentou um espetacular crescimento de 185%, passando de R\$ 12,34 bilhões em 2002, em valores correntes, para R\$ 35,44 bilhões em 2011 – equivalente a 6,4% do PIB do Nordeste e a menos de 1% do PIB nacional –, que fazia com que o estado ocupasse a quinta posição entre as nove economias nordestinas.

Ainda podemos destacar:

No mesmo período, o PIB per capita da Paraíba cresceu 164,2%, tendo partido

de R\$ 3.539 em 2002 para R\$ 9.349 em 2011 ocupando a 24ª posição entre os estados brasileiros e a 6ª posição no Nordeste, atrás do Rio Grande do Norte e à frente apenas de Alagoas, Maranhão e Piauí (Ideme, 2013a). É de se notar, entretanto, que o ritmo de crescimento dos dois indicadores foi mais rápido a partir de 2006. Entre 2002 e 2005, o PIB paraibano cresceu 35,67% e o PIB per capita cresceu 32,55%, enquanto que entre 2006 e 2011 o PIB estadual cresceu 77,7% e o PIB per capita elevou-se em 69,8%. (SILVA, 2014, p.27).

Desta maneira, observamos que os números econômicos paraibanos são animadores, onde revelam dados positivos relativos ao Produto Interno Bruto (PIB), assim como a renda per capita dos últimos anos. Nesse universo de estatísticas econômicas locais, é de fundamental importância apontarmos números relativos ao mercado de trabalho, pois este é também um adequado indicador da saúde econômica. Então, conforme Silva (2014, p. 36):

Na última década, o mercado de trabalho formal na Paraíba passou por um processo de expansão; Em 2004, com relação ao estoque de empregos formais, havia 396.150 postos de trabalho (Ideme, 2013b) enquanto que em 2012 esse número subiu para 628.147 (MTE, 2013a), equivalente a um crescimento da ordem de 58,54%. A média anual de criação de empregos formais entre 2004 e 2012 foi de 5,94%, com o pico de 7,96% em 2008 e um piso de 2,15% em 2012. Ou seja, mesmo num cenário de desaceleração da economia, como foi o ano de 2012, que reduziu o ritmo de crescimento do PIB brasileiro, o estoque de empregos formais continuou evoluindo no país, assim como na Paraíba.

Portanto, o Produto Interno Bruto paraibano nos últimos anos mostrou-se positivo, havendo uma constante elevação, ou melhor, um constante crescimento dos seus números, como também percebemos na Tabela 02 a seguir.

**Tabela 02** – PIB paraibano (em R\$ milhões), taxa de crescimento do PIB e PIB *per capita* (em R\$) 2002-2011

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	12.434	14.158	15.022	16.869	19.951	22.202	25.697	28.719	31.947	35.444
Crescimento (%)	4,8	5,3	2,8	4,0	6,7	2,2	5,5	1,6	10,3	5,6
PIB <i>per capita</i>	3.539	3.998	4.210	4.691	5.507	6.097	6.866	7.618	8.481	9.349

**Fonte:** IDEME (2013 *apud* SILVA, 2014).

Assim, os dados econômicos nacionais e estaduais até aqui expostos, servirão de base e introdução para nossas análises, fornecendo um panorama inicial sobre a temática estudada

aqui, o que se faz importante e necessário, uma vez que, para nos debruçarmos sobre uma temática específica, devemos partir de uma observação geral, do nosso todo, analisando a conjuntura de maneira ampla, para só então, nos dedicarmos de modo detido e específico ao nosso objeto de estudo.

**Tabela 03** – Paraíba, Nordeste e Brasil: trabalho formal e informal entre 2002 e 2009

**Paraíba, Nordeste e Brasil: trabalho formal e informal entre 2002 e 2009**  
(Em %)

Tipo de ocupação	2002			2005			2009		
	Paraíba	Nordeste	Brasil	Paraíba	Nordeste	Brasil	Paraíba	Nordeste	Brasil
Formal	51,2	50,5	65,8	52,4	52,4	67,7	57,3	57,9	71,8
Informal	48,9	49,5	34,2	47,6	47,6	32,3	42,7	42,1	28,2

**Fonte:** Mendes *et al.* (2012)

### **Alguns dados sobre a violência**

Após realizarmos alguns apontamentos acerca dos números anuais do Produto Interno Bruto (PIB) do estado da Paraíba, assim como do Brasil, no que se refere ao patamar nacional, necessitamos nesse momento apontarmos estatísticas relativas à violência e a seu crescimento no Brasil e em escala regional, fazendo um paralelo ou estudando todos esses dados em conjunto, analisando, assim, posteriormente suas particularidades.

Desta feita, iremos utilizar na nossa análise, documentos que retratam o estado da violência brasileira, suas alterações no contexto atual, que são, o Mapa da Violência do ano de 2016, o Atlas da Violência do ano de 2018, e o Atlas da Violência de 2019, relatórios detalhados sobre o tema em questão. Inicialmente iremos tratar de um dado alarmante indicado no Atlas da Violência de 2018, que nos mostra o crescente e assustador número de homicídios dos últimos anos, nos fazendo pensar e estudar essa questão.

**Figura 03** – Atlas da violência de 2018



**Fonte:** IPEA/Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018).

As estatísticas apontadas na Figura 03 indicam a elevação dos números de assassinatos ou homicídios no país em escala nacional, apresentando elevações aceleradas em um curto período de tempo, algo preocupante e merecedor de atenção. Podemos observar ainda a partir da exposta estatística que as maiores taxas de homicídios percebidas foram constatadas em estados da região Nordeste, em Sergipe com 64,7%, Alagoas com 54,2%, e Rio Grande do Norte com 53,4%, estados estes, próximos geograficamente do estado da Paraíba, fato facilitador do ambiente da criminalidade, propiciando auxílio e trabalho em conjunto criminoso como, por exemplo, a questão da facilitação do caminho ou rota das drogas para o estado paraibano.

É importante destacar também o caráter violento em que esse número alarmante está inserido, onde do universo de 62.517 mil homicídios ocorridos em 2016, 71,1% foram cometidos com a utilização de armas de fogo, indicando uma elevação do acesso a armas de fogo, o que possivelmente sugere uma ligação com a melhoria do poder aquisitivo do indivíduo.

Nesse sentido, o Atlas da Violência (IPEA, 2018, p. 4) aponta:

Não há dúvidas de que as mortes violentas intencionais são aquelas com maior poder destrutivo sobre a sociedade e sobre o próprio modelo de segurança pública. Em particular, os 62.517 mil homicídios que ocorreram em 2016 impõem um custo de bem-estar para o país, para além das tragédias humanas incomensuráveis, de cerca de 5,9% do PIB a cada ano.

Assim, observamos o quão danosas são para uma sociedade as elevadas taxas de criminalidade, tanto no que se refere aos aspectos sociais e humanos, como também no campo econômico, onde o impacto no número do PIB anual decorrente de um elevado número de mortes é consideravelmente alto. Esta pesquisa não irá entrar no mérito das causas de tais mortes e homicídios. Pretendemos neste trabalho, estudar aspectos econômicos e criminais presentes na sociedade contemporânea, buscando analisar seus efeitos e resultados no que diz respeito a vida em sociedade, no que afeta a população. Outro documento ou relatório anual que iremos trabalhar nesta pesquisa será o Mapa da Violência de 2016, apontaremos dados contidos nele relevantes à temática aqui estudada como, por exemplo, os apresentados na Tabela 03 a seguir.

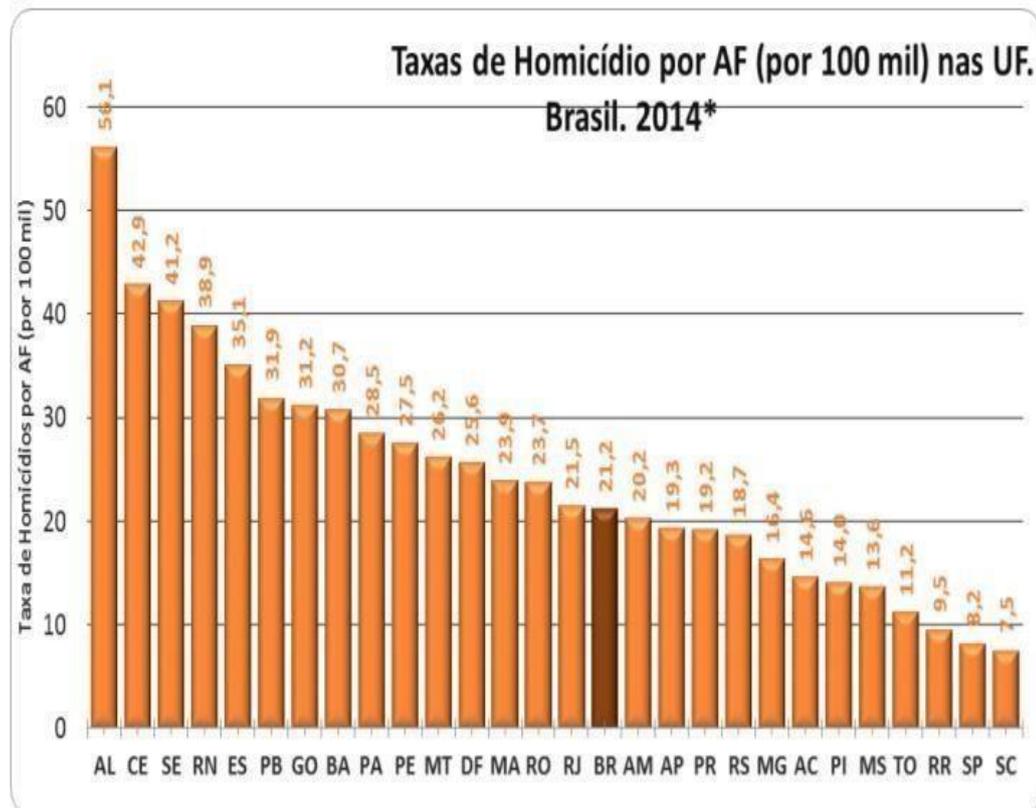
**Tabela 04** – Homicídios por arma de fogo no Brasil de 2004 a 2014

UF/REGIÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	Δ% 1	Δ% 2
Acre	49	36	50	51	40	61	63	50	85	97	116	136,7	19,6
Amapá	74	55	75	60	65	69	103	80	117	99	142	91,9	43,4
Amazonas	227	264	379	415	446	572	635	879	855	692	756	233,0	9,2
Pará	969	1.195	1.295	1.385	1.929	2.038	2.502	2.077	2.138	2.254	2.319	139,3	2,9
Rondônia	334	367	383	321	286	353	351	286	338	300	388	16,2	29,3
Roraima	31	28	38	28	29	27	29	25	32	69	47	51,6	-31,9
Tocantins	100	78	85	88	98	128	131	158	178	140	164	64,0	17,1
<b>Norte</b>	<b>1.784</b>	<b>2.023</b>	<b>2.305</b>	<b>2.348</b>	<b>2.893</b>	<b>3.248</b>	<b>3.814</b>	<b>3.555</b>	<b>3.743</b>	<b>3.651</b>	<b>3.932</b>	<b>120,4</b>	<b>7,7</b>
Alagoas	754	909	1.308	1.552	1.596	1.560	1.721	1.913	1.737	1.872	1.818	141,1	-2,9
Bahia	1.590	2.022	2.402	2.700	3.828	4.361	4.439	4.170	4.594	4.289	4.441	179,3	3,5
Ceará	916	1.012	1.060	1.224	1.332	1.511	2.057	2.063	3.135	3.652	3.792	314,0	3,8
Maranhão	355	489	479	602	698	785	827	944	1.152	1.382	1.658	367,0	20,0
Paraíba	472	543	628	656	750	1.019	1.208	1.379	1.224	1.251	1.246	164,0	-0,4
Pernambuco	3.344	3.509	3.592	3.706	3.449	3.117	2.649	2.541	2.475	2.301	2.522	-24,6	9,6
Piauí	131	151	192	184	159	184	207	251	311	373	454	246,6	21,7
Rio Grande do Norte	237	268	306	438	536	620	611	788	856	1.153	1.292	445,1	12,1
Sergipe	301	318	403	348	368	451	452	523	648	723	896	197,7	23,9
<b>Nordeste</b>	<b>8.100</b>	<b>9.221</b>	<b>10.370</b>	<b>11.410</b>	<b>12.716</b>	<b>13.608</b>	<b>14.171</b>	<b>14.572</b>	<b>16.132</b>	<b>16.996</b>	<b>18.119</b>	<b>123,7</b>	<b>6,6</b>
Espírito Santo	1.188	1.189	1.294	1.363	1.495	1.548	1.359	1.352	1.335	1.289	1.290	8,6	0,1
Minas Gerais	3.255	3.099	3.075	2.983	2.755	2.603	2.456	3.000	3.228	3.455	3.338	2,5	-3,4
Rio de Janeiro	6.193	5.978	5.790	5.102	4.336	4.009	4.111	3.411	3.472	3.562	3.582	-42,2	0,6
São Paulo	7.611	5.796	5.761	4.150	3.891	3.851	3.469	3.262	3.848	3.408	3.524	-53,7	3,4
<b>Sudeste</b>	<b>18.247</b>	<b>16.062</b>	<b>15.920</b>	<b>13.598</b>	<b>12.477</b>	<b>12.011</b>	<b>11.395</b>	<b>11.025</b>	<b>11.883</b>	<b>11.714</b>	<b>11.734</b>	<b>-35,7</b>	<b>0,2</b>
Paraná	1.912	2.027	2.229	2.285	2.540	2.673	2.630	2.365	2.433	2.042	2.073	8,4	1,5
Rio Grande do Sul	1.432	1.473	1.425	1.661	1.801	1.645	1.496	1.531	1.737	1.711	2.052	43,3	19,9
Santa Catarina	377	392	386	377	505	511	483	483	491	439	493	30,8	12,3
<b>Sul</b>	<b>3.721</b>	<b>3.892</b>	<b>4.040</b>	<b>4.323</b>	<b>4.846</b>	<b>4.829</b>	<b>4.609</b>	<b>4.379</b>	<b>4.661</b>	<b>4.192</b>	<b>4.618</b>	<b>24,1</b>	<b>10,2</b>
Distrito Federal	506	452	435	516	579	666	576	657	725	656	705	39,3	7,5
Goiás	988	937	984	1.009	1.201	1.260	1.317	1.579	1.955	2.096	1.985	100,9	-5,3
Mato Grosso	454	487	497	542	572	573	566	602	641	750	845	86,1	12,7
Mato Grosso do Sul	387	345	370	401	392	429	344	368	337	314	353	-8,8	12,4
<b>Centro-Oeste</b>	<b>2.335</b>	<b>2.221</b>	<b>2.286</b>	<b>2.468</b>	<b>2.744</b>	<b>2.928</b>	<b>2.803</b>	<b>3.206</b>	<b>3.658</b>	<b>3.816</b>	<b>3.888</b>	<b>66,5</b>	<b>1,9</b>
<b>Brasil</b>	<b>34.187</b>	<b>33.419</b>	<b>34.921</b>	<b>34.147</b>	<b>35.676</b>	<b>36.624</b>	<b>36.792</b>	<b>36.737</b>	<b>40.077</b>	<b>40.369</b>	<b>42.291</b>	<b>23,7</b>	<b>4,8</b>
Fonte: Processamento do Mapa da Violência 2016													
Notas: Δ% 1 = Crescimento % 2004/2014; *Δ% 2 = Crescimento % 2013/2014; *2014-Dados Preliminares													

A Tabela 04 indica o número de homicídios por arma de fogo por unidade federativa e região, referente aos anos de 2004 a 2014. Nos deteremos aqui às estatísticas relativas à região Nordeste e ao estado da Paraíba. Nesse contexto, observamos que os números só crescem a cada ano analisado na pesquisa, não há regressão, só elevação das estatísticas. Considerando a região Nordeste, tivemos um aumento considerável, chegando os números a saltarem de forma vertiginosa, assim como o estado da Paraíba, onde em todos os anos analisados só cresceu o número de homicídios. Tais anos observados, ou seja, 2004 a 2014, apresentaram uma elevação

ou crescimento econômico na região Nordeste e mais especificamente no estado paraibano, nos fazendo refletir sobre essa coincidência ou não. Dessa forma, podemos perceber a elevação da violência dos últimos anos, como na Figura 04 e Tabela 05 abaixo.

**Figura 04** – Taxas de homicídio por arma de fogo (por 100 mil) nas unidades federais do Brasil 2014



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

\*2014: dados preliminares.

**Tabela 05** – Ordenamento das unidades federativas brasileiras pelas taxas de homicídio por arma de fogo (2000 e 2014)

UF	2000		2014*	
	Taxa	Pos.	Taxa	Pos.
Rio de Janeiro	47,0	1º	21,5	15º
Pernambuco	46,6	2º	27,5	10º
Espírito Santo	33,3	3º	35,1	5º
Mato Grosso	29,8	4º	26,2	11º
Distrito Federal	28,8	5º	25,6	12º
São Paulo	28,7	6º	8,2	26º
Mato Grosso do Sul	23,9	7º	13,6	23º
Rondônia	22,0	8º	23,7	14º
Alagoas	17,5	9º	56,1	1º
Sergipe	17,2	10º	41,2	3º
Rio Grande do Sul	16,3	11º	18,7	19º
Roraima	16,0	12º	9,5	25º
Goiás	15,6	13º	31,2	7º
Paraná	13,6	14º	19,2	18º
Bahia	11,7	15º	30,7	8º
Paraíba	11,5	16º	31,9	6º
Tocantins	10,6	17º	11,2	24º
Rio Grande do Norte	9,8	18º	38,9	4º
Ceará	9,4	19º	42,9	2º
Amazonas	9,4	20º	20,2	16º
Minas Gerais	8,9	21º	16,4	20º
Acre	8,8	22º	14,6	21º
Amapá	8,6	23º	19,3	17º
Pará	8,5	24º	28,5	9º
Santa Catarina	5,9	25º	7,5	27º
Piauí	4,7	26º	14,0	22º
Maranhão	3,6	27º	23,9	13º
<b>Brasil</b>	<b>20,7</b>		<b>21,2</b>	

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

Silva (2014, p. 59) também discute e apresenta dados sobre a violência do estado da Paraíba, relatando o crescente avanço da criminalidade no estado nos últimos anos. Vejamos:

É impactante a escalada da violência assistida na Paraíba na última década. A taxa de homicídios que era de 14,1 a cada 100 mil residentes em 2001, atingiu 42,7 em 2011, num crescimento de 202,3%. No mesmo período, entretanto, a taxa brasileira caiu de 27,8 homicídios a cada 100 mil habitantes para 27,1, enquanto que a taxa nordestina cresceu de 21,9 homicídios a cada 100 mil habitantes para 36,3 (Waiselfisz, 2013). O assustador nível de crescimento da taxa de homicídios no Nordeste, da ordem de 66%, entretanto, é mais de três vezes inferior ao observado na Paraíba.

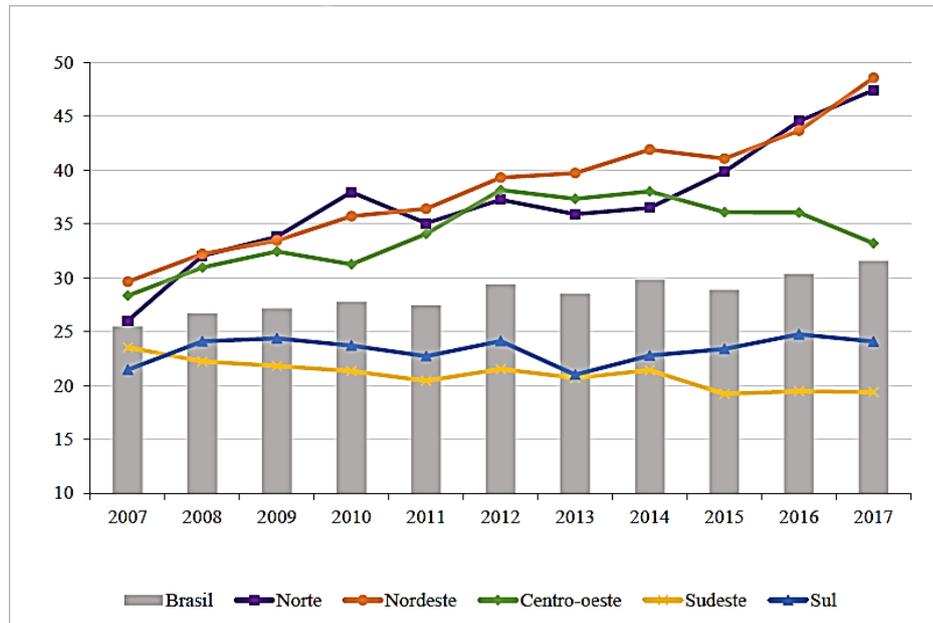
Silva (2014, p. 59), ainda aponta:

Dois dados adicionais chamam a atenção e colocam ainda mais gravidade a esta situação. Primeiro, o crescimento da taxa de homicídios entre os jovens paraibanos, que era de 27,6 homicídios a cada 100 mil habitantes em 2001 e atinge 88,2 em 2011, num crescimento da ordem de 219%. Considerada a taxa de homicídio juvenil, a Paraíba também ocupava a 3ª posição entre os estados da federação em 2011, ante a 19ª posição exibida em 2001.

Silva (2014) ainda mostra um dado preocupante e devastador diante desse cenário violento, o dado do crescimento da taxa de homicídios de jovens no estado da Paraíba, que cresceu rapidamente num curto intervalo de tempo, vidas ativas, úteis, em idade produtiva econômica, as quais são engolidas pela criminalidade, que só avança no Estado e na região Nordeste, acrescentando nas linhas seguintes: “na última década, portanto, observamos não apenas um assustador aumento da violência, expresso pelo aumento na taxa de homicídios, como também uma situação de verdadeira chacina da população jovem e negra na Paraíba” (op. cit., p. 60).

Portanto, há um crescimento econômico concomitante ao aumento da violência demonstrado nos últimos anos, principalmente na década 2000, na região Nordeste e no estado da Paraíba. Ainda houve no concernente aos últimos anos, década de 2000 em diante, uma melhoria de vida da população. Melhoria dos indicadores sociais, como educação, trabalho, padrão de vida e distribuição de renda, no entanto, também ocorreu o aumento da violência nesse mesmo espaço de tempo, algo merecedor de ser estudado e receber atenção das academias, pois tanto o crescimento econômico, como a temática da violência são assuntos pertinentes ao debate, à análise, enfim, ao estudo sério e comprometido das academias, uma vez que, se tratam de temas de relevância social, os quais afetam diretamente a população que convive com seus efeitos.

Ao seguir a análise dos dados sobre a violência no Brasil e nas suas regiões, apresentaremos também alguns números mais recentes, fornecidos pelo Atlas da Violência de 2019. Para começarmos, destacamos o gráfico que retrata as taxas de homicídios do Brasil e regiões entre os anos de 2007 e 2017, vejamos:

**Figura 05** – Taxa de homicídio no Brasil e regiões (2007-2017)

**Fonte:** Atlas da Violência 2019

No gráfico indicado logo acima, observamos que houve um grande crescimento da letalidade em decorrência da violência em nosso país, e de forma mais detida, percebemos também que na região Nordeste essa elevação teve um destaque especial, região a qual nosso lócus de pesquisa se insere, e que lamentavelmente, comunga da mesma realidade, ou seja, uma realidade violenta. Sobre esse dado, o relatório de 2019 informa ainda ou traça, uma possível hipótese para a questão dizendo que, tal aumento das taxas de homicídios no Nordeste é em consequência do conflito entre facções rivais brasileiras, que seriam o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), conforme podemos constatar.

Possivelmente, o forte crescimento da letalidade nas regiões Norte e Nordeste, nos últimos dois anos, tenha sido influenciado pela guerra de facções criminosas deflagrada entre junho e julho de 2016 (Manso e Dias, 2018) entre os dois maiores grupos de narcotraficantes do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV); e seus aliados regionais – principalmente as facções denominadas como Família do Norte, Guardiões do Estado, Okaida, Estados Unidos e Sindicato do Crime. (IPEA, 2019, p. 07).

Sobre tal hipótese não iremos nos aprofundar, pois nosso objetivo aqui consiste em demonstrar os dados que revelem a fotografia de um desenvolvimento ou crescimento econômico, atrelado ao fenômeno da violência e do aumento da criminalidade, partindo de dados gerais, para só assim analisarmos dados específicos do município investigado, Conceição

– PB, pois entendemos como de fundamental importância conhecermos o contexto geral que estamos inseridos, para só assim, passarmos a analisar a realidade local.

Nossa tarefa pretendida, portanto, reside em explorar e examinar a realidade posta no município de Conceição, Paraíba, observando as alterações e mudanças ocorridas nos últimos anos, no que se trata de crescimento econômico, melhoria de vida da população, como também a questão do aumento da criminalidade local. Assim, nosso propósito nesta pesquisa é analisar de forma propriamente dita uma realidade local palco de mudanças consideráveis nos últimos anos. Continuando destacando números e dados apresentados pelo relatório do Atlas da Violência 2019, salientarmos uma abordagem acerca do valor dessa violência, e como a sociedade é penalizada com seus efeitos. Deste modo, o Atlas da Violência de 2019 (IPEA, 2019, p. 12) evidencia esse viés em seu tópico “custos econômicos da violência”, analisemos:

Portanto, além da sociedade pagar mais caro por seus produtos, a mesma ainda dispende recursos para seguros e segurança privada. Em outra mão, o Estado gasta para manter o seu sistema de segurança pública e prisional, além de alocar recursos no sistema público de saúde e de assistência social para o pagamento de pensões, licenças médicas e aposentadorias para atender as vítimas de violência. Contudo, o maior custo da violência diz respeito às perdas prematuras de vida, devido ao homicídio.

Dessa maneira, podemos observar o quanto a violência é danosa para sociedade, e o quanto seus efeitos são disseminados rapidamente em diversos segmentos. Extraímos da citação acima reproduzida, a interpretação de como a violência custa caro para o Estado, assim como para população, a qual sofre diretamente com seus reflexos. A violência origina perdas inúmeras para uma sociedade, tanto no quesito particular como no aspecto generalizado, uma vez que, para ambos só gera prejuízo e dano.

### **Alterações dos indicadores sociais**

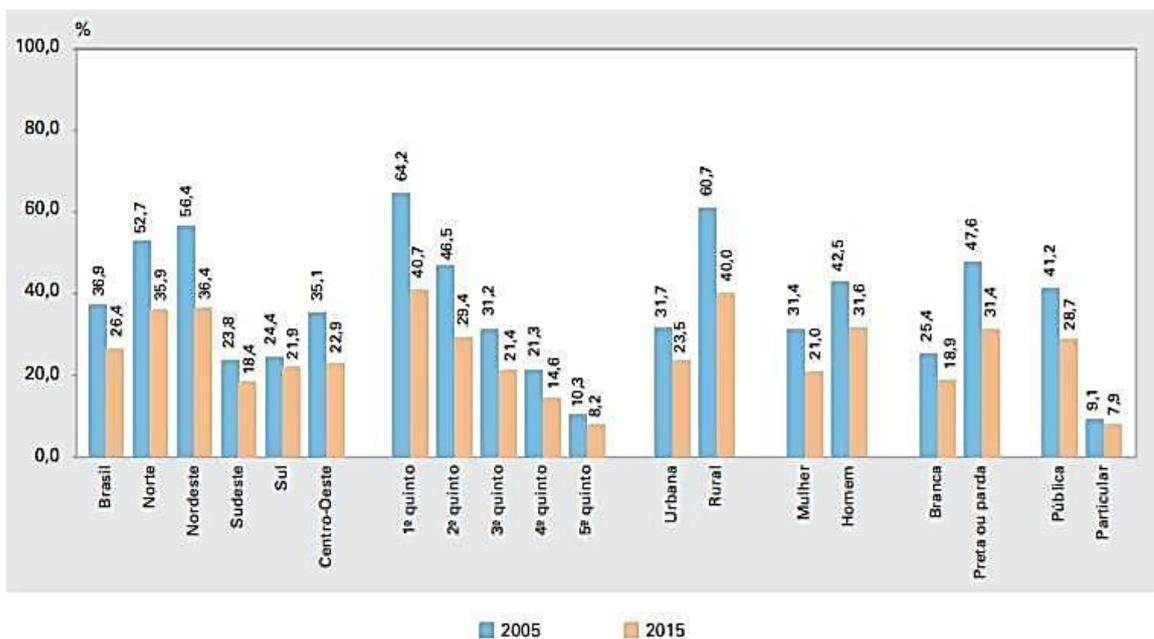
O problema da violência é uma questão social a ser analisada com cuidado e empenho, pois se irradia em diversos campos e áreas, além de também ser uma temática importante no âmbito do desenvolvimento regional, uma vez que, não se fala em desenvolvimento, deixando de lado aspectos sociais como, por exemplo, a insegurança social causada pela crescente criminalidade, que se traduz em diversos outros problemas sociais e humanos.

Assim, o tema da violência, assim como a análise dos indicadores socioeconômicos, consiste em questões centrais do desenvolvimento regional, pois refletem diretamente na vida

da população, necessitando de espaço e atenção no universo acadêmico. Portanto, não se tem desenvolvimento regional sem um crescimento econômico, mas, acima de tudo, sem o alcance de positivos indicadores sociais, como também de um ambiente social seguro, que ofereça a sociedade um sentimento de acolhimento e proteção satisfatório.

Assim, deixamos claro que houve uma perceptível melhoria dos indicadores sociais, uma verdadeira mudança social sentida nos últimos anos, embora tenha havido simultaneamente a esse fato um considerável avanço ou evolução da violência. Em relação a alguns indicadores sociais, temos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), melhorias perceptíveis em alguns pontos como, por exemplo, no caso da educação. A Figura 06 abaixo indica a redução da taxa de distorção idade-série dos estudantes de idade entre 15 e 17 anos, passando de 36,9% para 26,4% de 2005 a 2015.

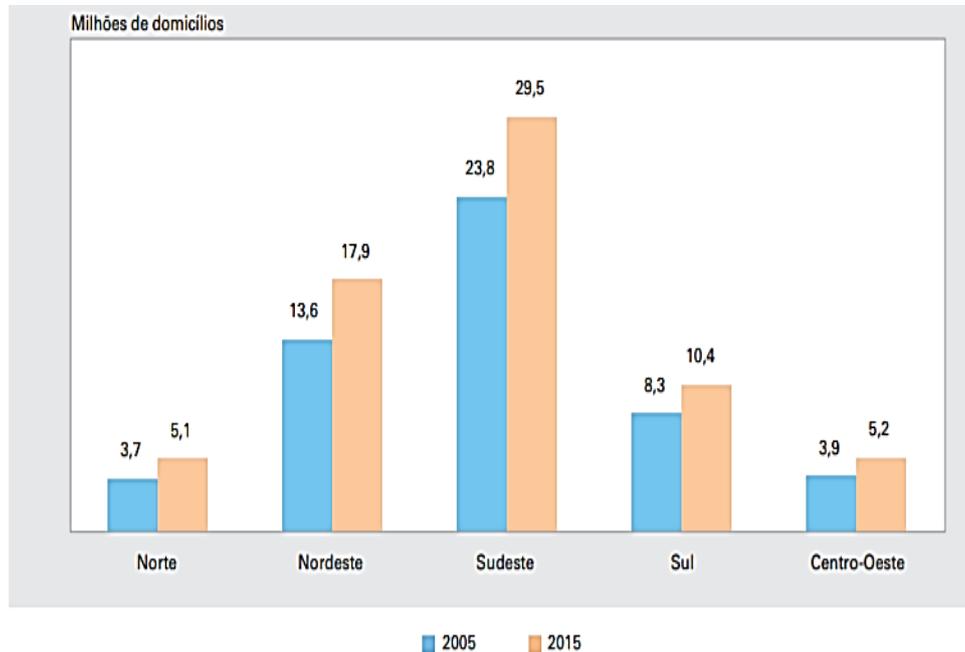
**Figura 06** – Proporção de estudantes de 15 a 17 anos de idade com distorção idade- série, segundo algumas características selecionadas – Brasil – 2005/2015



**Fonte:** IBGE (2016).

No que se refere ainda aos indicadores sociais, destacamos também o do número de domicílios particulares por região durante o período de 2005 a 2015, onde observamos melhorias no quesito habitação, como indica a Figura 07 abaixo:

**Figura 07** – Número de domicílios particulares, segundo as grandes regiões – 2005/2015



**Fonte:** IBGE (2016).

Assim, pretendemos com essas exemplificações dos indicadores sociais ressaltar que houve mudança social, houve a melhoria dos indicadores sociais, no entanto, houve também paralelamente a esse contexto, um aumento das taxas de violência, nos incentivando a investigar e analisar essa conjuntura social que abriga tanto o crescimento econômico como a elevação das taxas de criminalidade.

O desenvolvimento humano assume na contemporaneidade um papel fundamental no concernente ao termo *desenvolvimento*, pois se preocupa não apenas com o âmbito econômico, há aqui, portanto, um olhar direcionado para a mudança positiva de vida de uma determinada população, existe um cuidado no referente à convivência em sociedade, como essa vivência acontece, não se importando apenas com as taxas do PIB ou renda per capita da população, considerado como ganho, pois desenvolvimento é muito mais do que o crescimento econômico de uma população.

Podemos observar esse raciocínio nas palavras de Oliveira (2002, p. 46), quando diz: “cada vez mais, a sociedade preocupa-se em vislumbrar como o crescimento econômico afeta a qualidade de vida de toda a população”. Portanto, estudar ou analisar os indicadores sociais apresenta-se indispensável, uma vez que se configura como um monitor da qualidade de vida das pessoas, indicando as condições nas quais vivem, exibindo a evolução, progresso ou o

desenvolvimento daquela população observada. Dessa forma, analisar alguns indicadores sociais mostra-se fundamental para podermos traçar hipóteses acerca do tema aqui abordado, já que não se tem desenvolvimento sem o alcance da melhoria de vida da população de modo geral, sem, portanto, o alcance do desenvolvimento humano.

### **Desenvolvimento regional e o objeto de pesquisa**

A análise do desenvolvimento econômico e humano, e da violência no interior da Paraíba consistem no eixo central desta pesquisa, apresentando-se como objeto de estudo. Assim, o estudo de tais fenômenos sociais mostra-se relevante para o desenvolvimento regional, uma vez que se esforça em compreender a dinâmica dos processos sociais, permitindo uma aproximação com a realidade, com os problemas e modificações surgidas na sociedade, refletindo, dessa forma, no entendimento das novas conjunturas apresentadas.

Portanto, o desenvolvimento regional e o objeto de estudo da atual pesquisa revelam-se em sintonia, pois mantêm diálogo aberto entre si, já que o desenvolvimento e o aumento da criminalidade representam assuntos oportunos e convenientes às discussões de interesse para o desenvolvimento regional. Logo, analisar as modificações produzidas no meio social pelo desenvolvimento e pela violência exterioriza-se como algo significativo para o desenvolvimento regional, porque este também procura discutir as questões locais, em busca de integração e fortalecimento.

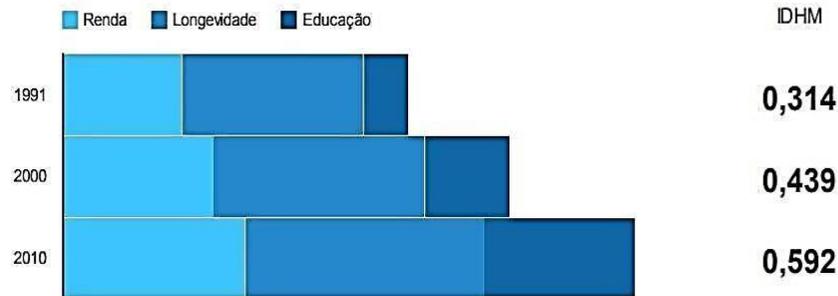
### **Quadro social e econômico do município de Conceição**

Nossa tarefa nesta pesquisa é analisar ou estudar as alterações sentidas no município de Conceição, no que tange ao crescimento econômico e ao aumento da violência, no referente ao crime de homicídio e aos crimes de furto e roubo, ou seja, a elevação de ocorrências no tangente a tais delitos. Sendo assim, iremos agora apresentar dados reveladores do contexto municipal, iniciando pelos indicadores sociais, pois não se fala em desenvolvimento sem considerá-los ou apreciá-los, porque eles nos garantem uma visão de qual nível de desenvolvimento, principalmente humano, aquela sociedade possui.

Assim, no que tange aos indicadores sociais locais, houve melhorias, comprovando que ocorreu mudança social, houve melhoria de vida em diversos aspectos, no entanto, observamos também paralela a estas melhorias, aumento da violência e do crescimento econômico. Destacamos a importância dos indicadores sociais como forma de expressar a melhoria da

condição de vida da população estudada. Portanto, iremos apontar alguns indicadores do município, iniciando com o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil de 2013, apontando dados que exemplificam tais melhorias, vejamos a seguir:

**Figura 08 – IDHM do município de Conceição**



### Componentes

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Conceição é 0,592, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,210), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,122), seguida por Renda e por Longevidade.

**Fonte:** IPEA (2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) passou de 0,439 em 2000 para 0,592 em 2010 – uma taxa de crescimento de 34,85%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice (1) foi reduzido em 27,27% entre 2000 e 2010 (IPEA, 2013). Não desejamos nessa pesquisa apresentar o município de Conceição como um município extremamente rico e desenvolvido, com um sistema social perfeito, almejamos analisar a nova conjuntura social e econômica apresentada nos últimos anos. Somos cientes dos desafios ainda enfrentados pelo município em tais âmbitos, porém não podemos negar o desenvolvimento ocorrido, mesmo que de forma modesta.

Não podemos esconder que houve sim aumento do poder econômico, melhorias dos indicadores sociais, requerendo realização de estudos e análises sobre o assunto, contribuindo com o entendimento da identidade local. Logo, existiu alteração no modo de vida daquela população, levando-nos a analisar essas mudanças sociais. Houve crescimento econômico, assim como melhoria dos indicadores sociais, possibilitando-nos realizar nosso estudo com base nessas alterações.

Portanto, seguiremos apresentando um panorama do município no que concerne, principalmente, às melhorias sociais como, por exemplo, a educação, longevidade, entre outros

indicadores. Os dados que iremos apontar agora estão disponibilizados no Atlas do Desenvolvimento Humano. A estatística ilustrada logo abaixo revela uma considerável melhoria de vida da população de Conceição, utilizando como referências os anos de 1991, 2000 e 2010, indicando uma evolução nos quesitos de educação, longevidade e renda. Podemos observar que os números são positivos ao longo destes anos, exibindo um saldo positivos dos indicadores sociais, havendo, portanto, a presença do desenvolvimento.

**Tabela 06 – Índice de Desenvolvimento Humano Município e seus componentes – Conceição – PB**

IDHM e componentes	1991	2000	2010
<b>IDHM Educação</b>	0,144	0,266	0,476
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	14,25	18,26	31,86
% de 5 a 6 anos na escola	31,93	82,95	87,93
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	12,89	23,95	77,66
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	8,97	15,45	44,08
% de 18 a 20 anos com médio completo	4,05	5,81	23,03
<b>IDHM Longevidade</b>	0,570	0,667	0,754
Esperança de vida ao nascer	59,19	65,03	70,23
<b>IDHM Renda</b>	0,377	0,476	0,577
Renda per capita	83,41	154,56	290,63

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano 2013

Os números apresentados na figura anterior, mostram que no quesito educação ocorreu um aumento do número de pessoas de 18 anos ou mais com fundamental completo, onde em 1991 era de 14,25 %, passou em 2010 para a casa de 31,86 %. Houve crescimento também, nesse sentido, da porcentagem de crianças nos anos iniciais na escola, indo de 31,93 % em 1991 a 87,93 % em 2010. Ainda no campo da educação, destacamos o número de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo, que também creseceu, esses números foram de 4,04 % em 1991 para em 2010 chegar a casa de 23,03 %.

A estatística acima também aponta um crescimento da expectativa de vida da população, indicando um dado positivo sobre a longevidade da população local, que consiste em um dos melhores ganhos no tangente a esses indicadores. O quadro acima também demonstra um crescimento da renda da população nesses mesmos anos mencionados até agora, mostrando-se importante. No entanto, iremos abordar mais à frente as características econômicas do município, por hora, nos ateremos a alguns outros aspectos sociais.

Ainda na discussão dos indicadores sociais do município analisado, o Atlas do Desenvolvimento Humano de 2013 também aponta a estatística de esperança de vida ao nascer, indicador esse extremamente importante, pois compõe a dimensão longevidade do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). No referente à esperança de vida ao nascer, como podemos observar logo em seguida, temos que em 1991 era de 59,2, passando em 2010 para 70,2, número bem positivo, demonstrando um melhoramento da condição de vida daquela população, pois tal dado reflete-se em outros indicadores.

**Tabela 07** – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade do Município de Conceição – PB

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	59,2	65,0	70,2
Mortalidade infantil	70,8	42,2	26,7
Mortalidade até 5 anos de idade	92,4	54,5	28,8
Taxa de fecundidade total	4,8	2,9	2,0

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano 2013

Ainda tecendo comentários acerca dos indicadores sociais municipais, temos no que toca à vulnerabilidade social os seguintes dados:

**Tabela 08** – Vulnerabilidade social do Município de Conceição – PB

<b>Crianças e Jovens</b>	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	70,83	42,22	26,70
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	74,72	69,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	38,49	8,73	4,33
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	27,12	22,96
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	4,05	3,71	3,12
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	14,30	9,58
<b>Família</b>			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	14,42	9,97	15,73
% de vulneráveis e dependentes de idosos	8,71	5,83	5,52
% de crianças extremamente pobres	71,46	57,08	36,28
<b>Trabalho e Renda</b>			
% de vulneráveis à pobreza	94,80	84,41	65,99
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	75,39	64,79
<b>Condição de Moradia</b>			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	36,79	38,64	66,49

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano 2013

Sobre as estatísticas desta figura 10, destacamos inicialmente o dado referente ao número de crianças de 6 a 14 anos fora da escola, número este que diminuiu, onde em 1991 era de 38,49%, passando em 2000 para a casa de 8,73%, chegando no ano de 2010 em 4,33, o que representa um ganho social. Ainda ressaltamos, nesse sentido, o dado da figura 10 que representa o número de crianças extremamente pobres, número esse que também diminuiu, o qual em 1991 era de 71,46 %, indo em 2000 para 57,08 %, e em 2010 para 36,28 %.

Também salientamos outro dado importante expresso nesta figura 10, que é o número de pessoas vulneráveis à pobreza, informação que fala muito sobre a real situação de uma sociedade. Assim, em 1991 o número de pessoas vulneráveis à pobreza era de 94,80, chegando nos anos 2000 a 84,41, e em 2010 a 65,99. A figura 10 também mostra outros dados relevantes acerca do município, no entanto, destacamos somente estes, até aqui descritos, a título de exemplificação.

Apontamos, até agora, um retrato social do município, exibindo alguns exemplos sob a face do desenvolvimento humano local. A partir deste momento passaremos a analisar alguns dados do perfil econômico do município, como o PIB e a renda per capita, por exemplo. Utilizaremos a partir de agora dados disponibilizados pelo Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Secretaria de Planejamento e Gestão do estado da Paraíba, documento referente aos anos 2010-2013, tais dados apontam o cenário do município.

Discorreremos sobre dados relativos ao desenvolvimento humano do município, utilizando-nos para isso, por exemplo, dos indicadores sociais locais, como educação, expectativa de vida da população, encarando-os como medidores sociais. A partir deste momento avançaremos para os dados econômicos do município, apresentando, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB), renda per capita, valor adicionado a diferentes setores da economia, enfim, exibiremos números dos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, publicados pelo Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME), os quais demonstram uma radiografia do município dos últimos anos.

Iniciamos, portanto, indicando a evolução do Produto Interno Bruto do município de Conceição, nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, segundo o Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME). Sabemos, que o Produto Interno Bruto é o total dos bens e serviços produzidos, observamos, assim, que houve nestes anos mencionados, um crescimento considerável dos números, indicando ou atestando um nível de desenvolvimento do município, conforme a tabela a seguir demonstra.

**Tabela 09** – Produto Interno Bruto do estado da Paraíba e de seus municípios

**(continuação)**

Municípios	PIB (em 1.000 R\$) e participação no estado (%)							
	2010	Participação (%)	2011	Participação (%)	2012	Participação (%)	2013	Participação (%)
Concelção	89.215	0,27	99.113	0,27	104.597	0,25	114.573	0,25
Aroeiras	79.109	0,24	88.675	0,24	94.173	0,22	107.048	0,23
Cruz do Espírito Santo	81.681	0,24	88.818	0,24	94.089	0,22	106.616	0,23
Juazeirinho	83.405	0,25	87.661	0,24	95.347	0,22	106.388	0,23
Teixeira	73.352	0,22	84.694	0,23	94.191	0,22	104.835	0,23
Gurinhém	70.264	0,21	75.601	0,20	87.749	0,21	103.682	0,22
Coremas	73.065	0,22	83.239	0,22	89.840	0,21	101.940	0,22
Barra de Santa Rosa	69.420	0,21	74.185	0,20	83.435	0,20	96.969	0,21
Jacaraú	68.770	0,21	77.883	0,21	77.201	0,18	96.033	0,21
Taperoá	68.143	0,20	77.505	0,21	84.867	0,20	93.659	0,20
Cacimba de Dentro	71.220	0,21	75.753	0,20	84.269	0,20	91.264	0,20
Mogelro	62.606	0,19	65.364	0,18	71.583	0,17	90.377	0,20
Serra Branca	69.760	0,21	73.478	0,20	79.624	0,19	87.336	0,19
Brejo do Cruz	60.855	0,18	65.807	0,18	73.111	0,17	84.583	0,18
Massaranduba	58.190	0,17	61.883	0,17	64.782	0,15	81.309	0,18

Fonte: Alves (2016).

Seguindo nesse intento, apresentamos também o PIB per capita do município dos anos 2010, 2011, 2012, 2013, o qual, segundo, o Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME), representa a divisão do valor corrente do PIB total pela população residente. Também se constatou aumento das cifras, significando que o poder econômico daquela população também aumentou de maneira relevante, conforme a tabela abaixo:

Tabela 10 – PIB per capita e ranking dos municípios paraibanos

(continuação)

Municípios	PIB per capita (em R\$/hab.) e Ranking							
	2010	Ranking	2011	Ranking	2012	Ranking	2013	Ranking
Lastro	5.201	82°	5.632	100°	6.363	82°	6.616	117°
Camalaú	5.012	105°	5.568	106°	5.963	118°	6.587	118°
Fagundes	4.624	154°	5.044	164°	5.356	172°	6.562	119°
São Domingos do Cariri	4.929	113°	5.529	110°	6.098	105°	6.546	120°
Ingá	4.924	115°	5.258	139°	6.038	114°	6.538	121°
Barra de Santa Rosa	4.903	118°	5.193	146°	5.789	130°	6.531	122°
Sossego	5.139	91°	5.519	111°	6.276	95°	6.519	123°
Serra Branca	5.378	68°	5.636	99°	6.078	109°	6.513	124°
Cacimba de Areia	4.765	138°	5.395	128°	5.687	138°	6.503	125°
Igaracy	4.435	174°	5.110	157°	6.020	117°	6.495	126°
Paulista	5.131	92°	5.676	91°	6.085	107°	6.474	127°
Mulungu	4.447	172°	5.066	163°	5.597	146°	6.464	128°
Serra Redonda	5.253	77°	5.502	113°	5.777	131°	6.423	129°
Cubati	5.012	106°	5.432	125°	5.962	119°	6.411	130°
São Miguel de Taipu	4.707	146°	5.543	108°	5.576	149°	6.368	131°
Logradouro	4.377	181°	4.858	182°	5.157	190°	6.355	132°
Pedra Branca	4.700	147°	5.155	152°	5.701	137°	6.349	133°
Brejo dos Santos	4.737	142°	5.301	137°	6.130	99°	6.344	134°
Cruz do Espírito Santo	5.024	101°	5.497	114°	5.766	132°	6.333	135°
Aguiar	4.671	148°	5.254	140°	5.723	135°	6.320	136°
Riachão	4.839	129°	5.205	145°	5.847	127°	6.318	137°
Malta	4.548	165°	5.115	155°	5.630	143°	6.316	138°
Vista Serrana	4.762	139°	5.188	147°	5.728	134°	6.304	139°
São Domingos	5.188	83°	5.638	98°	5.621	144°	6.299	140°
Nova Palmeira	4.875	124°	5.182	148°	5.663	141°	6.294	141°
Caraúbas	5.014	103°	5.653	96°	5.835	129°	6.226	142°
Umbuzeiro	4.458	171°	5.074	162°	5.537	151°	6.225	143°
Diamante	4.414	176°	5.014	166°	5.514	154°	6.214	144°
Mari	4.635	153°	5.098	159°	5.657	142°	6.202	145°
Oliveiros	4.807	136°	5.463	120°	5.923	124°	6.201	146°
Brejo do Cruz	4.637	152°	4.978	169°	5.492	156°	6.185	147°
Pedro Régis	4.898	119°	5.338	135°	5.411	165°	6.181	148°
Condado	5.185	84°	5.675	93°	5.556	150°	6.178	149°
Taperoá	4.562	162°	5.161	151°	5.722	136°	6.166	150°
Poço Dantas	4.405	179°	4.834	185°	5.392	168°	6.144	151°
São Sebastião do Umbuzeiro	4.838	130°	5.179	150°	5.473	158°	6.116	152°
Zabelê	4.885	122°	5.506	112°	5.943	121°	6.114	153°
Jericó	4.918	117°	5.346	134°	5.928	123°	6.114	154°
Conceição	4.858	128°	5.387	129°	5.676	139°	6.104	155°

Fonte: Alves (2016).

Conseqüentemente, a partir das duas tabelas anteriores apresentadas, observamos um incremento da economia, percebemos melhoramentos neste quesito, o que representa um certo desenvolvimento econômico, pois houve alteração interna daquela economia, houve mudanças, transformações, e é isto que estudamos nesta pesquisa, analisamos esse novo cenário que vem se estabelecendo, e suas implicações na sociedade de maneira geral.

Outros números que também são importantes e merecem destaque indicam o valor adicionado apresentado por diferentes setores da economia, mostra-se, portanto, uma perspectiva interessante de ser analisada, pois aponta um outro ângulo da economia. O VA ou Valor Adicionado consiste, segundo o Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME), no valor acrescentado ou agregado por cada atividade aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Vejamos os números:

**Tabela 11** – VA do setor agropecuário dos municípios paraibanos

**(continuação)**

Municípios	VA do Setor Agropecuário (em 1.000 R\$) e participação no estado (%)							
	2010	Participação (%)	2011	Participação (%)	2012	Participação (%)	2013	Participação (%)
Sobrado	6.005	0,43	9.549	0,53	6.236	0,40	9.361	0,51
Salgado de São Félix	4.842	0,35	6.610	0,37	6.058	0,39	9.208	0,50
Paulista	10.523	0,76	12.414	0,69	8.762	0,57	9.200	0,50
Piancó	7.803	0,56	10.126	0,57	7.121	0,46	9.176	0,50
Araruna	5.087	0,37	9.069	0,51	6.264	0,41	8.904	0,48
Gurinhém	7.434	0,54	8.117	0,45	6.559	0,43	8.417	0,46
Aroeiras	4.999	0,36	7.326	0,41	6.012	0,39	8.413	0,46
Boa Vista	7.176	0,52	8.456	0,47	7.019	0,46	8.378	0,45
Itatuba	4.954	0,36	6.738	0,38	5.934	0,39	8.188	0,44
Cuité	6.282	0,45	8.697	0,49	7.453	0,48	7.929	0,43
Taperoá	8.223	0,59	9.555	0,53	7.066	0,46	7.838	0,42
Teixeira	7.160	0,52	9.079	0,51	5.747	0,37	7.778	0,42
<b>Conceição</b>	6.792	0,49	9.564	0,53	5.812	0,38	7.751	0,42

Fonte: Alves (2016).

A tabela acima comprova que, na maior parte do tempo, ocorreu um avanço dos números relativos ao setor agropecuário, havendo, progresso, existindo, assim, crescimento. A seguir, temos ainda neste sentido o VA do setor industrial, onde também se observou crescimento deste seguimento, demonstrando igualmente progresso dos números.

**Tabela 12** – VA do setor industrial dos municípios paraibanos

**(continuação)**

Municípios	VA do Setor Industrial (em 1.000 R\$) e participação no estado (%)							
	2010	Participação (%)	2011	Participação (%)	2012	Participação (%)	2013	Participação (%)
Piancó	3.904	0,07	4.720	0,08	5.853	0,08	6.779	0,09
Cuité	4.623	0,09	5.662	0,09	6.411	0,09	6.777	0,09
Catingueira	1.750	0,03	1.724	0,03	5.459	0,07	6.622	0,09
Junco do Seridó	3.647	0,07	3.036	0,05	4.931	0,07	6.472	0,09
Massaranduba	3.066	0,06	2.841	0,05	5.080	0,07	5.989	0,08
Pitimbu	5.301	0,10	7.590	0,12	6.631	0,09	5.947	0,08
Juazeirinho	7.748	0,14	6.064	0,10	6.381	0,09	5.746	0,08
<b>Conceição</b>	4.313	0,08	5.043	0,08	5.730	0,08	5.570	0,08

Fonte: Alves (2016).

Ainda destacamos o setor de serviços, que apresentou um VA positivo referente aos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, como podemos apreciar na tabela seguinte.

Tabela 13 – Valor Adicionado do setor serviços dos município paraibanos 2010-2013

Municípios	VA do Setor Serviços (em 1.000 R\$) e participação no estado (%)							
	2010	Participação (%)	2011	Participação (%)	2012	Participação (%)	2013	Participação (%)
<b>Paraíba</b>	<b>23.034.454</b>	<b>100,0</b>	<b>25.038.328</b>	<b>100,0</b>	<b>28.828.502</b>	<b>100,0</b>	<b>31.751.107</b>	<b>100,0</b>
João Pessoa	7.258.809	31,51	7.676.783	30,66	9.067.033	31,45	9.929.812	31,27
Campina Grande	3.112.779	13,51	3.560.850	14,22	3.970.149	13,77	4.128.068	13,00
Cabedelo	997.393	4,33	954.033	3,81	1.264.363	4,39	1.253.728	3,95
Patos	651.556	2,83	691.688	2,76	810.572	2,81	920.065	2,90
Santa Rita	608.637	2,64	677.565	2,71	774.172	2,69	900.979	2,84
Bayeux	591.902	2,57	627.128	2,50	687.976	2,39	714.393	2,25
Cajazeiras	402.300	1,75	436.585	1,74	508.890	1,77	587.253	1,85
Sousa	404.718	1,76	587.005	2,34	522.530	1,81	585.453	1,84
Guarabira	340.803	1,48	368.205	1,47	422.570	1,47	452.333	1,42
Alhandra	145.437	0,63	146.610	0,59	229.536	0,80	397.065	1,25
Sapé	203.175	0,88	243.735	0,97	283.024	0,98	300.721	0,95
Mamanguape	215.193	0,93	229.240	0,92	271.747	0,94	288.823	0,91
Conde	146.021	0,63	194.929	0,78	210.865	0,73	261.441	0,82
Monteiro	157.810	0,69	173.456	0,69	213.724	0,74	252.733	0,80
Queimadas	161.701	0,70	175.684	0,70	209.331	0,73	244.643	0,77
Esperança	174.793	0,76	187.964	0,75	220.391	0,76	233.859	0,74
Pombal	162.084	0,70	170.495	0,68	196.790	0,68	219.908	0,69
Catolé do Rocha	144.784	0,63	154.724	0,62	183.780	0,64	203.895	0,64
São Bento	149.835	0,65	157.601	0,63	181.958	0,63	201.626	0,64
Pedras de Fogo	114.118	0,50	130.361	0,52	141.774	0,49	160.855	0,51
Itabaiana	109.123	0,47	123.417	0,49	139.572	0,48	159.493	0,50
Alagoa Grande	110.450	0,48	125.704	0,50	138.765	0,48	156.102	0,49
Solânea	108.468	0,47	119.623	0,48	144.438	0,50	155.733	0,49
Itaporanga	109.755	0,48	121.116	0,48	140.995	0,49	154.454	0,49
Caaporã	117.872	0,51	127.024	0,51	141.558	0,49	154.200	0,49
Lagoa Seca	99.751	0,43	105.685	0,42	123.161	0,43	140.618	0,44
Rio Tinto	98.909	0,43	106.503	0,43	115.767	0,40	128.514	0,40
Areia	96.683	0,42	102.724	0,41	115.619	0,40	128.128	0,40
Princesa Isabel	83.533	0,36	91.023	0,36	104.356	0,36	123.326	0,39
Cuité	83.315	0,36	88.979	0,36	102.033	0,35	115.794	0,36
Bananeiras	83.104	0,36	90.570	0,36	98.464	0,34	112.498	0,35
Alagoa Nova	80.807	0,35	88.241	0,35	99.445	0,34	111.300	0,35
São José de Piranhas	79.598	0,35	86.236	0,34	96.457	0,33	108.515	0,34
Mari	80.156	0,35	85.991	0,34	95.153	0,33	107.350	0,34
Piancó	73.099	0,32	75.494	0,30	87.055	0,30	106.685	0,34
Picuí	76.201	0,33	81.370	0,32	95.605	0,33	106.632	0,34
São João do Rio do Peixe	76.011	0,33	82.106	0,33	91.873	0,32	105.035	0,33
Remígio	73.356	0,32	80.304	0,32	91.250	0,32	101.179	0,32
Santa Luzia	72.102	0,31	77.255	0,31	91.663	0,32	100.965	0,32
Boqueirão	72.260	0,31	77.670	0,31	88.081	0,31	98.158	0,31
Araruna	72.200	0,31	79.540	0,32	90.010	0,31	97.606	0,31
Ingá	75.768	0,33	80.363	0,32	89.775	0,31	96.876	0,31
Pocinhos	66.211	0,29	73.846	0,29	83.310	0,29	96.081	0,30
<b>Conceição</b>	<b>74.876</b>	<b>0,33</b>	<b>80.564</b>	<b>0,32</b>	<b>87.947</b>	<b>0,31</b>	<b>95.699</b>	<b>0,30</b>

Fonte: Alves (2016).

Desse modo, fizemos até aqui uma demonstração do cenário social e econômico do município de Conceição, exibindo estatísticas de maneira inicial, que revelam alguns indicadores sociais, os quais elegemos como mais importantes para representar a localidade estudada, como a educação, por exemplo, passando logo em seguida a apontar números e dados que expressam a economia local dos últimos anos, nos utilizando para esta tarefa, de estatísticas disponibilizadas pelo Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME), conforme exposto até aqui.

### **Dados colhidos no locus da pesquisa**

Nosso campo de pesquisa trata-se de um município que possuía como característica principal, seu ambiente tranquilo, seguro e pacato, típicas características das cidades de interior. No entanto, o que vem se percebendo ao longo dos anos é a alteração ou modificação dessas características, tidas como seu principal traço. Nossa pesquisa, portanto, analisa duas dessas alterações observadas ao longo dos últimos anos, que são o crescimento econômico e o aumento da criminalidade dentro do município.

A partir dessas mudanças sociais e econômicas observadas, percebemos a necessidade de investigarmos ou analisarmos situações que culminam dessa fonte, as transformações enfrentadas pela sociedade, tendo em vista uma conjuntura econômica e social totalmente diferente da vista antes. Logo, nosso problema é examinar e apreciar as transformações causadas por tais mudanças sociais, analisando dados empíricos relativos ao social como, por exemplo, os indicadores sociais do município, como também os econômicos, os quais também se relacionam com todo contexto social, além de observarmos a elevação da prática criminosa, ou melhor, o aumento da violência no contexto local.

Desse modo, nossa pesquisa propõe-se a entender a mutação que o município de Conceição vem enfrentando nos últimos anos, no tocante ao crescimento econômico, à melhoria dos indicadores sociais, e ao aumento da violência, buscando entender tal contexto por meio da análise dos dados coletados. Assim sendo, uma análise através de entrevistas com a população local residente em diferentes pontos da cidade seria um dos métodos indispensáveis e cruciais a esta pesquisa, por transmitir uma visão real da situação vivenciada pela população em questão.

Além disso, as entrevistas podem evidenciar opiniões diversas acerca das mesmas temáticas, o que se mostra positivo para nossa pesquisa, pois possibilitará um alcance maior de juízos e considerações sobre o nosso problema de pesquisa, mostrando, portanto, uma visão abrangente do nosso objeto de estudo. Destarte, a aplicação de entrevistas, nesse primeiro

momento, seria de grande valor para nossas análises, por demonstrar essa visão abrangente do objeto de estudo. Por este motivo construímos questionamentos ou quesitos relativos ao tema investigado nesta pesquisa e aplicamos em alguns pontos do município.

Elaboramos, portanto, oito (08) questionamentos, consistindo em uma avaliação estruturada, com perguntas pré-elaboradas e respostas objetivas (sim/não) e aplicamos a cem (100) pessoas de bairros diversos do município, bairros estes escolhidos sob a justificativa do maior ou menor grau de periculosidade observado em nossas análises. No que se refere aos bairros elegidos para aplicação da entrevista, optamos por escolher o bairro Nossa Senhora de Fátima por constatar em nossas observações uma maior incidência de crimes. Aplicamos também nos bairros Centro e São José, utilizamos aqui o critério geográfico, por situarem-se em áreas ou pontos distantes entre si, buscando, assim, uma diversidade de respostas.

Aplicamos os questionamentos entre os meses de dezembro de 2019 e janeiro de 2020. Foram aplicadas oito perguntas a cem pessoas residentes do município de Conceição, rendendo-nos para análise oitocentas (800) respostas. No referente ao extrato dessa avaliação, tivemos 800 respostas, as quais nos deram um norte sobre o que pesquisamos nesse trabalho, revelando posicionamentos sobre a situação real do município como, por exemplo, questões sociais, evidenciando a qualidade de vida da população, violência e economia.

Desse universo de 800 respostas, destaca-se primeiramente o quesito que foi perguntado sobre se o município de Conceição ser considerado, num período de dez anos atrás, como tranquilo e pacato, obtendo como resposta esmagadora a opção sim, onde das cem pessoas que responderam, 89 respondeu que sim, enquanto 11 que não. Esse posicionamento extraído do primeiro quesito aplicado, consolida o que discorremos anteriormente, de que o município estudado, possuía como característica principal, cenário que foi alterado, nos incentivando a estudar essas mudanças.

No segundo quesito perguntamos sobre o estágio da economia do município no início dos anos 2000, se poderíamos considerá-lo desenvolvido. Aqui obtivemos apenas nove respostas positivas e 91 negativas, indicando-nos que o município veio crescendo aos poucos nos últimos anos, não sendo nos anos pretéritos sua economia considerada avançada.

No terceiro quesito nos preocupamos em investigar os indicadores sociais, questionando se é perceptível a melhoria de vida da população. Extraímos daqui as seguintes respostas: 49 pessoas responderam sim, enquanto 51 não; levando-nos a perceber que a sensação de transformação social positiva da população local ainda é discreta, pois as respostas levantadas positivas estão, em termos numéricos, aproximadas das negativas, indicando que a população está bem dividida no referente às melhorias sociais.

No quarto quesito, nos direcionamos para o tema do crescimento econômico, onde questionamos se o município possui, atualmente, uma economia positiva, em que as pessoas tem poder de compra, se a população observa tal fato. Aqui foi respondido da seguinte maneira, 74 pessoas responderam que sim, e 26 que não, o que comprova que as pessoas têm a sensação de um certo conforto econômico, que possuem uma capacidade de compra positiva.

É preciso dentro deste quarto quesito, fazer um breve comentário sobre esse melhoramento econômico da população. Faz-se necessário destacar, que imerso a esse contexto existe uma economia paralela, que não faz parte dos dados econômicos oficiais, como por exemplo, a questão da renda oriunda do tráfico, pois no município estudado, há uma criminalidade acentuada voltada para este segmento delituoso, o que não vem ao caso discorrer, de maneira pormenorizada aqui, porém mostra-se importante atestar a sua existência. Talvez por isso, tenhamos a sensação de crescimento econômico do município, por se observar que há uma renda ilegal extra circulando, que não entra nas estatísticas oficiais, no entanto, estão presentes na realidade vivenciada pela população.

No quinto questionamento nos preocupamos em indagar sobre a temática da violência, abordada por nós nessa pesquisa. Perguntamos se nos anos pretéritos, o município era considerado violento, se se tinha notícia de muitos crimes na localidade, questionamento esse que vai de encontro com o primeiro quesito da entrevista, onde foi perguntado se o município era caracterizado como pacato e tranquilo nos anos anteriores. No quinto quesito, tivemos 86 respostas negativas, e 14 positivas, nos levando a constatar que estão de acordo ou em sintonia com as respostas obtidas na primeira pergunta.

Continuamos no sexto questionamento focalizando a violência, inquerimos aqui, se atualmente o município pode ser definido como violento. Nesse ponto, também tivemos posicionamentos sólidos e firmes sobre a questão, onde 89 pessoas responderam que sim, e 11 que não. Portanto, observamos que a população considera hoje, o município de Conceição violento, existindo uma forte sensação de insegurança.

Já finalizando nossa entrevista, indagamos no sétimo quesito sobre a sensação de segurança, se esta se faz presente naquela localidade, se a população local apresenta confiança na segurança pública atuante em Conceição. Aqui obtivemos 71 respostas positivas e 29 negativas, o que demonstra uma satisfação regular no referente à segurança pública. Por fim, temos o quesito oitavo, onde perguntamos se as pessoas vêm percebendo um aumento da criminalidade no município, se observam que a violência tem se agravado ou se alastrado. A esta indagação 89 pessoas responderam sim, enquanto 11 não. Tais respostas significam ou revelam a comprovação da população de que o município de Conceição apresenta um novo

cenário no que tange à criminalidade local.

Portanto, elaboramos e aplicamos à população do município de Conceição questionamentos que transcorrem os objetos de nossa análise, o crescimento econômico local e o aumento da violência. Assim, os temas que nos propomos a investigar nessa pesquisa percorrem todas as perguntas presentes na avaliação executada. Nesse sentido, a entrevista aplicada nos mostra duas verdades: o município era caracterizado pela sua tranquilidade e mínimas condutas delituosas; e a economia atual não se parece com a de anos passados.

Outra característica forte do município, conforme extraído das entrevistas, é a questão dos indicadores sociais. Observamos que, a população se manteve bem dividida sobre essa temática, o que indica, possivelmente, que a melhora desses indicadores, mostrada pelas estatísticas anteriores, as quais apresentamos aqui, não seja tão fortemente sentida pelos atores sociais locais.

Desse modo, por meio das entrevistas aplicadas tivemos a oportunidade de conectar-nos diretamente com o eixo central da nossa pesquisa, pois a consulta à população residente no município consiste em um método eficaz no referente à fidelidade das opiniões colhidas, revelando um quadro condizente com a realidade. Continuando a apresentação dos dados colhidos com a nossa pesquisa, passaremos a analisar, a partir desse momento, dados relativos ao número de processos judiciais que tramitaram e estão tramitando na Comarca do município de Conceição.

Sobre essa questão é importante salientarmos que no início da nossa pesquisa, conseguimos alguns dados do Sistema de Informatização dos Serviços da comarca – Siscom, sobre processos judiciais relativos ao período de 2008 a 2018, através do cartório da Comarca do município de Conceição. Sobre estes dados, obtivemos as informações que no ano de 2008 o número de processos judiciais ativos era de 366, e de processos baixados de 323 referentes a primeira e segunda varas, únicas existentes na Comarca. Já no ano de 2018 os processos elevaram-se para a casa de 1415 ativos e 1295 baixados, representando um aumento considerável de tais números.

A partir desse marco, iremos dar continuidade, delimitando nossa análise para os processos judiciais que tenham um alinhamento com nossa pesquisa, que são os crimes de furto e roubo, classificados como crimes patrimoniais, e o crime de homicídio, classificado como crime contra a vida, conforme o Código Penal Brasileiro. Esse alinhamento com nossa pesquisa, se dá pelo fato de serem crimes que envolvem o âmbito econômico, como o caso de furto e roubo, e também os crimes de homicídios, por envolverem questões estruturantes da sociedade.

Já que nossa pesquisa trata de uma análise do crescimento econômico e do aumento da

violência no município de Conceição, mostra-se necessário efetuarmos esse levantamento do número de processos relativos aos crimes de furto, roubo e homicídio, para podermos elaborar um posicionamento real do que ocorre no município. Optamos e selecionamos a análise dos crimes patrimoniais, especificamente os crimes de furto e roubo, e o contra à vida, melhor dizendo, os crimes de homicídios, por entendermos que possa existir uma ligação ou proximidade do aumento de renda das pessoas com essas práticas delituosas. Cogitamos, nesse sentido, a hipótese de as pessoas possuírem, por exemplo, um maior poder de compra, vinda de uma renda oriunda de práticas criminosas. Por essa conjectura, preferimos analisar os dados relativos somente aos crimes de furto, roubo e homicídio.

Segundo os dados fornecidos pelo cartório da 1ª Vara da Comarca de Conceição, no período de 18 de dezembro de 2019, por meio do Sistema de Informatização dos Serviços da comarca – Siscom, tivemos os seguintes resultados. No que tange aos crimes de competência do Tribunal do Júri, os números são de doze ações penais em tramitação, sendo destas, onze sem decisão ou sentença, além de oito inquéritos policiais em tramitação.

Na sequência, temos em relação ao crime de roubo um número de dez processos judiciais baixados e catorze ativos. Em relação ao crime de furto, não obtivemos informações. Passamos a analisar a partir deste momento os crimes de homicídio, crime caracterizado contra a vida, segundo classificação do Código Penal Brasileiro. Devemos, portanto, antes de visualizarmos os números, fazer uma distinção sobre tais delitos. Desejamos, apenas, esclarecer que existe uma divisão legal e didática entre os crimes de homicídio, a qual devemos fazer menção. Vejamos a letra da lei Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940):

#### Homicídio simples

Art 121. Matar alguém:

Pena – reclusão, de seis a vinte anos.

#### Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

#### Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II – por motivo fútil;

III – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V – para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena – reclusão, de doze a trinta anos.

Desse modo, o que pretendemos ao citar essa diferenciação é esclarecer a respeito da classificação legal existente, pois iremos apresentar os números desses processos criminais de forma separada, fornecendo isoladamente os dados relativos aos homicídios simples, qualificado e privilegiado, por isso tal diferenciação. Prosseguindo na exposição dos dados, temos quanto aos homicídios simples um número de 37 processos ativos.

Em relação aos homicídios qualificados, temos 64 processos ativos e, por fim, 01 processo ativo de homicídio privilegiado. Ainda sobre o número de homicídios, temos um número de 11 processos ativos de homicídio simples, e 02 de homicídio qualificado, praticados por menores, inimputáveis. Logo, constatamos a existência de 141 processos ativos dos crimes mencionados anteriormente, além de mais 08 inquéritos policiais tramitando, referentes a crimes de competência do Tribunal do Júri, ou seja, de crimes contra a vida.

### **Análise dos dados apurados**

Nossa tarefa nesta pesquisa foi analisar o desenvolvimento e a violência no interior da Paraíba, mais especificamente no município de Conceição, localizado no interior do estado. Nossa proposta, portanto, consistiu em investigar o desenvolvimento, em duas de suas formas, que são o desenvolvimento econômico e o humano, neste caso examinando as estatísticas sociais relativas a melhoria de vida da população, e por fim a violência local.

No que tange à violência, nos direcionamos para o número de processos criminais em tramitação na 1ª Vara da Comarca, assim como os inquéritos policiais em tramitação na Delegacia de Polícia Civil de Conceição. Nos dedicamos, neste sentido, a analisar a quantidade de processos relativos aos crimes de homicídio, furto e roubo. Além desses dados coletados, também tivemos a oportunidade de ter contato com a população de maneira direta, através de entrevistas aplicadas nos meses de dezembro de 2019 e janeiro de 2020, fato que nos possibilitou ter uma visão geral do cenário investigado, pois as pessoas consultadas puderam expressar seus posicionamentos acerca dos temas crescimento econômico e violência local.

Desse modo, nossa investigação mostrou uma realidade de relativo crescimento econômico, apontando, assim, uma das formas do desenvolvimento. Constatamos também ganhos sociais, indicando o viés do desenvolvimento humano, e ainda nos deparamos com um baixo número de processos criminais relacionados aos crimes aqui pesquisados, fato que provoca inquietações, fazendo-nos refletir e ponderar sobre algumas ideias.

As observações foram somando-se e construindo uma nova visão sobre o objeto de estudo. Fomos, portanto, descobrindo novos fatos que alteraram nossa percepção acerca do assunto. Nossas análises criaram e moldaram algumas hipóteses sobre o objeto de estudo, modificando algumas de nossas concepções. Já que nossa função nessa pesquisa foi analisar um ambiente em modificação nos últimos anos, tanto no quesito econômico e social, englobando a violência, tivemos de examinar estatísticas envolvendo todo esse universo, no intuito de procurarmos a versão mais fiel possível para descrevermos aqui.

Assim, no que concerne aos dados sociais obtidos, o município de Conceição alcançou uma melhoria dos indicadores sociais, traduzindo-se em qualidade de vida da população. Destacamos como um ganho, como algo positivo, segundo as informações retratadas nos números referentes, por exemplo, a educação e expectativa de vida. Destacamos neste ponto a melhoria, a alteração social percebida e sentida pelos moradores do município. Não queremos aqui fechar os olhos para muitos problemas existentes, pretendemos analisar e ressaltar o que vem melhorando, as alterações apresentadas, pois esse trabalho possui a incumbência de relatar essas mudanças, significativas socialmente falando, justificando, portanto, uma pesquisa acadêmica.

Atualmente a população de Conceição vive de uma forma mais positiva que em anos pretéritos, com possibilidades a mais do que antes. Como exemplo disto podemos mencionar o acesso e universalização da educação na idade/série apropriada, ou seja, no ensino regular. Ressaltamos também como ganho ou melhoria de vida a questão da esperança de nascer com vida, indicador fundamental dentro de uma sociedade, e revelador da esperança de viver, algo basilar da condição humana.

Ainda destacamos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que passou de 0,439 em 2000 para 0,592 em 2010 – uma taxa de crescimento de 34,85%, o que representa um dado significativo, pois o IDHM expressa de forma mais adequada a realidade investigada, pois avalia os municípios brasileiros detidamente, fornecendo, assim, uma maior aproximação da realidade vivenciada.

Logo, entendemos que houve ganho social, houve melhoria de vida da população do município de Conceição, pois além dos dados estatísticos observados, visualizamos também por meio da avaliação aplicada na localidade, uma opinião de regular para satisfatória sobre os quesitos voltados para questões sociais, desse modo, deduzimos que houve alteração positiva na vida da população local.

Outro aspecto importante e que merece destaque, é o aspecto renda. Constatamos que ocorreu crescimento econômico quando se observa os últimos anos, tomando como referência,

por exemplo, o Produto Interno Bruto, a renda per capita da população. Percebemos que a população local no quesito econômico vivenciou um avanço, uma evolução progressiva ano após ano.

Nesse sentido, analisamos números diversos, disponibilizados pelo Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual, relativos ao Produto Interno Bruto, à renda per capita e ao Valor Adicionado que cada atividade ou setor adiciona ou agrega aos serviços e bens empregados ao processo produtivo. Assim, tivemos a oportunidade de constatar através de tais dados a existência de crescimento econômico do município, melhorias. Observa-se dentro dessa temática um maior poder aquisitivo dos habitantes. Sobre essa questão consideramos algumas hipóteses.

Acreditamos que outras causas poderiam concorrer para o fato de a população local contar, atualmente, com um poder aquisitivo maior. Pensamos que, ocorrências economicamente não oficiais, poderiam estar contribuindo com esse maior poder de compras, ou essa melhor situação financeira. Estamos falando, de rendas provenientes da criminalidade, já que a ocorrência desta se faz presente no município.

Julgamos, portanto, que recursos financeiros oriundos da criminalidade possam estar sendo inseridos ou injetados na economia local, utilizando-se do crime como, por exemplo, da lavagem de dinheiro, transformando-se em recursos lícitos. Essa é uma ideia apresentada após analisarmos a realidade local, pois o crime de lavagem de dinheiro avança em ritmo acelerado e sob uma estrutura criminoso sofisticada, dificultando, dessa forma, seu controle e punição. Impedir os capitais provenientes da criminalidade circularem constitui tarefa árdua, demandando afinco na sua regulação e investigação, além de requerer um sistema jurídico fiscalizatório operante, capaz de corresponder ao desenvolvido estágio de complexidade do delito em questão.

É importante esclarecer ainda acerca do crime de lavagem de dinheiro, que impedir que o recurso sujo, oriundo da criminalidade se insira no meio econômico-financeiro e circule como se lícito fosse, por diversas razões. Nesse sentido, vislumbramos como uma forma de medida viável contra esse delito, a operância de órgãos supervisores habilitados e capazes de desempenhar suas atividades de maneira satisfatória, com empenho, rechaçando a corrupção interna existente e aliando esforços junto aos demais órgãos de defesa do sistema econômico.

Portanto, podemos entender o delito de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, como a união de operações ou a junção de atividades que visam o mascaramento e a camuflagem do capital oriundo do crime ou ligado a ele. Ou ainda, como o conjunto de operações financeiras que objetivam a introdução do capital contaminado pelas atividades

criminosas na economia lícita onde, desta forma, apodera-se do status de legalidade, lavando a sujeira característica da sua originalidade.

Em relação a legislação que prevê esta prática delituosa, salientamos a título de informação, que a primeira lei “antilavagem” foi o centro de incansáveis críticas por listar, de forma taxativa, os crimes antecedentes à lavagem de dinheiro, dispondo-os especificamente (númerus clausus), elencando quais delitos caracterizavam a ocorrência do crime de lavagem de dinheiro, ou seja, quais delitos culminariam no processo da lavagem. Como podemos constatar (Lei nº. 9.613/1998):

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:

I – de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;

II – de terrorismo; II – de terrorismo e seu financiamento;

III – de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção;

IV – de extorsão mediante sequestro;

V – contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos;

VI – contra o sistema financeiro nacional; VII – praticado por organização criminosa;

VIII – praticado por particular contra a administração pública estrangeira.

Portanto, podemos verificar diante do exposto o caráter fechado dos crimes preexistentes ao delito de lavagem de dinheiro, onde as hipóteses de ocorrência ficavam cerradas limitando, assim, o leque de abrangência das possíveis situações criminosas, dificultando e bloqueando as investigações e descobertas de diversos casos que permaneciam mascarados à frente de tal exclusividade.

Posteriormente, a lei antilavagem acima mencionada foi alterada pela Lei nº. 12.683, de 10 de julho de 2012, a qual modificou e ampliou o rigor contra o crime de lavagem de dinheiro, derrogando o rol de possíveis crimes preexistentes ao processo de lavagem, considerando agora como antecedente qualquer infração penal. Desse modo, tecemos alguns comentários oportunos sobre o crime de lavagem de dinheiro, sob a justificativa de auxiliar a ideia ou hipótese que levantamos acerca de sua ocorrência no município de Conceição, após analisarmos os dados colhidos no decorrer da pesquisa.

Continuando com a análise dos dados obtidos nesta investigação, passaremos a observar o que retratam os dados relativos aos processos judiciais analisados. Nesse seguimento, detivemos uma surpresa sobre os dados colhidos, pois o número de processos em tramitação e

os inquéritos policiais em andamento, foram inferiores ao que imaginávamos diante do forte sentimento de criminalidade que se observa no município.

O que queremos dizer, é que segundo os dados fornecidos pelo cartório da comarca do município, disponibilizados pelo Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas, nos deparamos com um número de 141 processos criminais em tramitação, incluídos nesse dado os processos relativos a roubos e homicídios praticados por imputáveis e menores de idade na forma da lei, e mais oito (08) inquéritos policiais em andamento.

Esses números revelaram um universo diferente do que pensávamos no início da pesquisa, pois o que se observou consultando a população local foi um sentimento de medo e impotência diante da elevação da criminalidade na cidade. Causou-nos espanto o fato de as pessoas apresentarem essa sensação de medo e insegurança diante dos inúmeros casos de criminalidade ocorridos na cidade. E ao encontrarmos os dados judiciais referentes aos processos criminais nos deparamos com um número pequeno, ínfimo de processos em andamento.

Ao refletir sobre essa descoberta e analisando todo o apurado nessa pesquisa, acreditamos que seja uma hipótese a esse respeito o fato de os números oficiais da Justiça não representarem a situação real local, em outras palavras, não está havendo uma sintonia entre as ocorrências e as práticas delituosas e suas consequentes punições. Logo, uma das possibilidades para o que está acontecendo ou para essa questão é a ausência de punição, onde ainda não bateu à porta do Judiciário a maior parte dos casos praticados na localidade, fato este preocupante.

Essa é apenas uma hipótese que surgiu diante do contexto apresentado, assunto não exaurido nesta pesquisa, pelo contrário, fornece um roteiro de debates para futuras pesquisas ou um aprofundamento desta. Nessa esteira, concluímos a apresentação dos dados colhidos e obtidos com nossa pesquisa. Percorremos um caminho desde o termo *progresso*, passando pelo desenvolvimento econômico e humano, violência, entre outros temas alinhados com nossa análise. Iremos a partir de agora traçarmos nossas considerações finais.

## CAPÍTULO V

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado denominada *Desenvolvimento e Violência no Interior da Paraíba: Análise do Crescimento Econômico e aumento da Criminalidade no Município de Conceição*, teve como objetivo analisar ou apreciar um novo contexto social e econômico que se apresenta, um novo tempo que se inaugura, em que alterações são visíveis e necessitam ser investigadas por estudos acadêmicos.

Inseridos nesse contexto de mudança social estão dois mundos, o desenvolvimento e o aumento da criminalidade, os quais consistem no centro da nossa pesquisa. Assim, temos como objeto de estudo o desenvolvimento e a criminalidade no interior do estado da Paraíba, especificamente no município de Conceição. Sentimos a necessidade de coletar dados e informações relativos a uma nova realidade apresentada no município, pois os desdobramentos ocasionados pelos fenômenos sociais merecem ser analisados pela academia, enfim, por pesquisadores, de forma que estes possam contribuir com reflexões significativas, refletindo no cotidiano social.

Desse modo, realizamos inicialmente uma pesquisa bibliográfica sobre progresso, desenvolvimento, nas suas mais diversas formas, dando ênfase ao sentido econômico e humano do termo, estudamos ainda o crescimento econômico para podermos pensar e refletir seus significados, associando-os com o assunto proposto nesse estudo, nos fazendo construir ou elaborar uma base para a pesquisa que se desenrolava.

Assim, observamos que o progresso ao longo da história da humanidade esteve atrelado à perspectiva de felicidade, esperança em dias melhores, inovações que trouxessem para o ser humano avanços ao seu cotidiano. Os termos desenvolvimento e crescimento econômico, estiveram na maioria das vezes relacionados com o aspecto econômico, sendo tratados como vocábulos semelhantes ou como próprios sinônimos. Desse modo, observamos que o termo crescimento está vinculado ao campo econômico, estando relacionado à renda, ao crescimento propriamente dito, ao Produto Interno Bruto – PIB, ou seja, à conjuntura econômica.

A palavra *desenvolvimento*, por vezes, também esteve e está diretamente interligada a aspectos econômicos, no entanto, seu conceito foi ampliado no decorrer do processo histórico, sendo atualmente considerado de definição multidimensional, sendo aplicado ou empregado em diversas áreas e setores do conhecimento, como o sociológico, o político, entre outros tantos. Assim, nosso objetivo foi, a princípio, desenvolver alguns comentários e apontamentos acerca do que consistiria progresso, desenvolvimento e crescimento, com o intuito de apreender seus

conceitos e empregá-los no estudo sobre o fenômeno da violência. No referente à violência, percebemos que consiste em um fenômeno complexo, requerendo análises e estudos sobre suas peculiaridades, para podermos entender melhor seu processo de atuação no meio social.

O crescimento econômico acontece conjuntamente ao aumento da criminalidade na região Nordeste brasileira, sugerindo uma relação de proximidade entre os dois fenômenos e, segundo dados do Mapa da Violência 2016 e do Atlas da Violência de 2018, percebemos uma elevação nos números que retratam a violência. Desse modo, a presente pesquisa tratou-se de uma análise inicial, a qual pretendemos continuar futuramente, buscando mais respostas sobre o desenvolvimento e o aumento da criminalidade em um mesmo espaço geográfico, ou seja, em uma mesma localidade.

Portanto, podemos preliminarmente inferir a existência de uma perceptível mudança ou alteração no modo de vida daquela população, no referente à criminalidade e à economia. O ambiente de interior, antes observado, transformou-se num cenário de insegurança para todos. Nosso objetivo, portanto, foi analisar o desenvolvimento econômico e social daquele município e o concomitante aumento da criminalidade na região, ou seja, o que tais acontecimentos implicaram na sociedade. Para isso analisamos dados socioeconômicos, além dos dados relativos à criminalidade, verificando também os principais indicadores sociais do município como, por exemplo, educação e longevidade, assim como a renda.

No decorrer do estudo abordamos dados e estatísticas propriamente ditos, onde, primeiramente, tratamos do crescimento econômico e do aumento da criminalidade, apontando números nacionais e estaduais, para posteriormente tratarmos de modo específico sobre a realidade local do lócus da pesquisa. Esse estudo geral acerca dos dados socioeconômicos e da criminalidade fez-se necessário para podermos construir um embasamento forte e sólido a respeito da conjuntura encontrada em nível nacional e estadual, para só assim chegarmos no nosso objeto de pesquisa.

Sem uma análise geral ficaria inviável ou, no mínimo, incoerente desenvolvermos uma pesquisa, sem antes ser levantados dados capazes de fornecer um retrato da realidade integral, para só assim passarmos à análise local, já com uma ideia formada do que acontece no todo, e não somente na fatia do bolo, por assim dizer. Pois bem, nesse sentido apresentamos números relativos ao Produto Interno Bruto, à renda per capita, dentre outros dados. No quesito indicadores sociais, expusemos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, apontando para sua evolução nos últimos anos, índice este assumindo relevância, pois indica dimensões essenciais do desenvolvimento humano, como longevidade, educação e renda.

Dos dados socioeconômicos que foram apresentados, restou evidenciada a existência de

progresso, desenvolvimento econômico e humano no município de Conceição. Pois existiu crescimento econômico propriamente dito, como também mudança social, onde os indicadores sociais mostraram-se crescentes e positivos em comparação aos anos anteriores. Portanto, chegamos à conclusão de que houve melhoria de vida no concernente aos indicadores sociais, como educação e longevidade, além de melhoria do poder econômico da população. No entanto, constatou-se uma evolução, se é que podemos nos referir assim, na verdade, observou-se uma elevação da criminalidade local.

Sobre esse aspecto realizamos um levantamento dos processos criminais em tramitação, assim como dos inquéritos policiais em andamento na Delegacia de Polícia Civil da cidade, o que nos causou admiração o fato de existirem poucos processos e inquéritos tramitando na Comarca, pois segundo observações de campo executadas por meio de entrevistas à população e observações efetuadas na localidade, o que se mostrava era uma realidade violenta, tendo o medo e a insegurança como eixos centrais.

Sobre esse fato ou essa descoberta acreditamos que o número dos casos reais não chega à porta do Judiciário, ou seja, a grande maioria das ocorrências criminais, possivelmente, não é submetida ao crivo da Justiça, essa é a hipótese arquitetada. Inferimos também, presumivelmente, a existência no município de Conceição de casos ou ocorrências do crime de lavagem de dinheiro.

Tecemos sobre esta questão alguns apontamentos legais e doutrinários sobre o delito, elaborando o raciocínio de existência de casos de infiltração de dinheiro sujo, proveniente do crime, inserido na economia local, onde se dissocia da sua ilicitude, camuflando-se através de transações econômicas legais. Essa hipótese levantou-se a partir do momento no qual observamos um padrão econômico de vida da população que chama a atenção, mesmo sabendo das melhorias econômicas apresentadas pelo município. Ainda assim, essa ideia levanta-se e ganha força.

Sobre o objeto da presente pesquisa, não encontramos na Literatura estudos tratando especificamente do tema, o que nos encorajou a investigá-lo, uma vez que, necessitamos conhecer nosso mundo, e o espaço onde vivemos, por isso a pesquisa sobre as transformações sociais são tão importantes, encontrando-se presa ao interesse do desenvolvimento regional, sendo, portanto, uma de suas preocupações.

Nesse sentido, estimulamos e incitamos outros pesquisadores a desbravarem suas realidades singulares, buscando entender o que de novo acontece. Sendo mais particular, motivamos e encorajamos outros investigadores a descobrirem os novos cenários e contextos que os interiores apresentam, explorando suas características e transformações, pois foi o que,

pretendemos com a elaboração da análise do desenvolvimento e violência no interior da Paraíba, buscando, assim como o desenvolvimento regional, o entendimento, fortalecimento e integração das localidades, mesmo as mais distantes e interioranas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria da Graça Blaya. (org.) **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.
- ALVES, José Jackson Amâncio. (org.). **Produto Interno Bruto do estado da Paraíba e de seus municípios 2010-2013**. João Pessoa: IDEME, 2016.
- ARENDDT, Hannah. **Sobre violência**. 3. ed. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 17 jan. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº. 9.613**, de 03 de março de 1998. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19613.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19613.htm)>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº. 12.683**, de 09 de julho de 2012. Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12683.htm)>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. 2014. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n93/03.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso, ou progresso como ideologia**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2012.
- ENRÍQUEZ, Maria Amélia. **Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.
- FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: Enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4, outubro-dezembro 2004.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em:

<<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. **Síntese de indicadores sociais 2016**. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/f6cd016a041d89a768b1fd472a90d5f3.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/f6cd016a041d89a768b1fd472a90d5f3.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2018**. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP\\_atlas\\_violencia\\_2108\\_Infografico.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_atlas_violencia_2108_Infografico.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Atlas da Violência 2019**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. PNUD. 2013. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <[http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013\\_perfil\\_conceicao\\_pb.pdf](http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_conceicao_pb.pdf)>. Acesso em: 27 jan. 2020.

MENDES, Constantino Cronemberger; TEIXEIRA, Joaflíio Rodolpho. **Desenvolvimento econômico brasileiro: Uma releitura das contribuições de Celso Furtado**. Brasília: Ministério do Planejamento e Gestão, 2004.

MENDES, Constantino Cronemberger *et al.* **A Paraíba no contexto nacional, regional e interno**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria; ZAVERUCHA, Jorge Zaverucha. 2010. **Violência homicida no Nordeste brasileiro: uma refutação às explicações baseadas na desigualdade e na pobreza**. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/aa/895>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

ODON, Tiago Ivo. Segurança pública e análise econômica do crime: o desenho de uma estratégia para a redução da criminalidade no Brasil. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, v. 55, n. 218, abr./jun. 2018.

OLIVEIRA, Gilson Batisdta de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v. 5, n. 2, 2002.

ROVIGHI, S. V. **História da Filosofia Moderna: da revolução científica a Hegel**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. (org.) **Paraíba 2000-2003: Estudos Estados Brasileiros**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

SOUZA, Maria Laurinda Ribeiro de. **Violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2016: Homicídios por arma de fogo no Brasil**. Brasília: Flacso Brasil, 2015.